



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3^a Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2013, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Benedito de Lira, Acir Gurgacz, José Agripino e Valdir Raupp, aprovado em 07/03/2013, com a finalidade de discutir a plena representatividade das colônias de pescadores; das Federações Estaduais e Confederação Nacional e o restabelecimento do Cadastro Especial de Colônias de Pescadores no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Informo à Comissão que esta audiência pública tem como objetivo analisar e discutir a edição da Portaria nº 2.159, de 28 de dezembro de 2012, a qual tornou sem efeito a Portaria nº 547, de 11 de março de 2010, que estabelece o Cadastro Especial de Colônias de Pescadores, suspendendo os processos e os procedimentos de pedido de registro de colônias de pescadores que se encontram em tramitação no Ministério do Trabalho e Emprego.

A presente reunião terá a presença dos seguintes convidados: Ex^{mo} Sr. Carlos Daudt Brizola, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social; Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura; Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do



Trabalho; Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, e o Sr. Elizeu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros da Pesca.

Queria cumprimentar o Ministro Brizola Neto, que já se encontra presente a esta reunião.

Antes de iniciarmos o ciclo de palestras, eu gostaria de fazer algumas ponderações. Cada convidado terá um prazo de 20 minutos para fazer sua exposição; se necessário, com prorrogação de cinco minutos.

Após a apresentação, será aberto o debate para que os Srs. Senadores e Deputados possam fazer indagações às autoridades que se manifestarem a respeito desse tema.

Gostaria de comunicar ao Plenário que o Regimento do Senado Federal não permite qualquer tipo de manifestação, seja ela de aplausos ou de não aplausos, para que possamos ter uma reunião de absoluta tranquilidade, porque o objetivo maior dessa reunião é exatamente que o Ministro do Trabalho possa prestar informações necessárias e indispensáveis, solicitadas, reivindicadas e promovidas pelo Senado Federal através da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A mobilização foi feita por todos, colônias de pescadores, federações e Confederação, e o Ministro é conhecedor dessas manifestações, dessa mobilização em torno da portaria publicada em dezembro último, que torna sem efeito, melhor dizendo, que suspende os processos que tramitam no Ministério do Trabalho com relação ao cadastro geral de pescadores.

Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, companheiro que comandou esta Comissão no período que antecedeu a nossa presença à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Terei o privilégio de ter aqui, ao meu lado, um dos Senadores mais competentes da Casa, com a experiência extraordinária no que diz respeito à atividade primária no nosso País.



Ouço aqui o Ministro. Pondero a V. Ex^a que seria interessante, como proposta, que começássemos ouvir outros, porque V. Ex^a seria... (*Falha na gravação.*)

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Agora, sim.

Bom dia a todas e a todos os presentes. Bom dia, Presidente Senador Benedito de Lira, é um prazer e uma honra estar aqui, no Senado Federal. Cumprimento o Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente desta Comissão e Líder do PDT no Senado Federal. Agradeço a oportunidade de estar aqui, no Senado Federal, com as representações dos pescadores, das colônias de pescadores. Não tenho óbice ao fato de ouvirmos alguns oradores, mas não posso deixar de registrar que temos um chamado da Presidenta para o lançamento do Plano de Ciência e Tecnologia, no Palácio do Planalto, às 10h. Então, vamos ver como conduzimos.

Eu poderia fazer uma pequena explanação, Senador, porque a questão que nos traz aqui é principalmente a que se refere à portaria do Ministério do Trabalho que V. Ex^a mencionou, que suspendeu a análise de registro, mas não suspendeu os registros concedidos anteriormente, e o desafio de como garantirmos a representação sindical dos pescadores, como garantirmos a aplicação do art. 8º da Constituição Brasileira, que equipara as colônias a sindicatos e que determina que isso seja observado na forma da legislação vigente, o que é importante ressaltar. Temos ainda o desafio de aplicarmos o princípio da unicidade sindical em Municípios que, às vezes, concentram mais de uma dezena de colônias.

Portanto, acho que eu poderia fazer uma rápida explanação sobre isso, e, em seguida, estaríamos abertos aos primeiros questionamentos. Está presente a esta audiência, Presidente, o Secretário de Relações do Trabalho. Faço questão de frisar a importância que o Ministério do Trabalho dá a esse contato, ao amplo diálogo social que sempre estabelecemos com as



representações sindicais patronais, mas, principalmente, com as laborais e à oportunidade de aqui, no Senado Federal, travarmos esse diálogo. Então, se V. Ex^a considerar adequado, poderíamos fazer uma rápida explanação do processo que resultou na portaria de dezembro do ano passado e do desafio que temos agora de encontrar a forma adequada para garantir a plena representação dos pescadores e a equiparação, de fato, das colônias de pescadores a entidades sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Acho que iremos começar por V. Ex^a, considerando que o Secretário do Emprego do Ministério deverá permanecer após a sua saída.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sim, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – As indagações que, por acaso, ocorram com a ausência de V. Ex^a logicamente que lhe levarão para que possamos realmente encontrar os caminhos.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Eu me comprometo a ser breve nesta primeira exposição para haver a oportunidade de responder a algumas perguntas ainda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Gostaria de registrar a presença dos Deputados Federais que são parte legitimamente interessada nesta audiência: Vitor Paulo, do PRB, do Rio de Janeiro; Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Força Sindical; Zequinha Marinho, do PSC, do Pará; e José Airton, do PT, também do Ceará.

Considerações iniciais.

Sr. Ministro, vamos abrir a nossa audiência lhe concedendo a palavra. V. Ex^a terá 20 minutos neste primeiro momento para fazer a sua apresentação. Com a palavra o Ministro Brizola Neto.



O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sr. Presidente, eu me comprometo a ser bem mais breve, utilizar menos do que esses 20 minutos concedidos, até para conseguirmos avançar no debate e, mais do que isso, no diálogo e na construção de um consenso para esse desafio que a lei nos impõe.

Vou abrir fazendo a leitura dos princípios que têm que nortear a ação de toda a vida pública – e não pode ser diferente no Ministério do Trabalho –, primeiro, com a nossa Constituição Federal, a nossa Carta Magna.

Em seu art. 8º, ela é muito clara. Assim dispõe:

Art. 8º.....

.....
Parágrafo único. As disposições deste artigo [que equiparam as colônias de pescadores às representações sindicais] aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Faço a leitura também do art. 7º da lei que trata da constituição das colônias e aptidões para o funcionamento, Lei nº 11.699, de 2008. Ela determina no seu art. 7º:

Art. 7º As Colônias de Pescadores, constituídas na forma da legislação vigente após feita a respectiva publicação e registrados os documentos no cartório de títulos e documentos, adquirem personalidade jurídica, tornando-se aptas a funcionar.

Qual o desafio que nós enfrentamos diante dessa legislação? Em nenhum momento...

Cumprimento o Deputado Cleber Verde, o Deputado José Airton, o Deputado Zequinha Marinho, o Deputado Presidente da Força Sindical Paulo Pereira da Silva e o Deputado Vitor Paulo.



Seguindo, diante dessa legislação, já que a Lei da Pesca não tratou especificamente da questão que é obrigação do Ministério do Trabalho analisar, que são os registros sindicais, nos vimos diante de um grande desafio: como aplicar a legislação vigente, como determina a Constituição Federal, em Municípios que concentram, muitas vezes, mais de uma dezena de colônias? Qual o procedimento que se deve fazer para garantir a plena representação sindical?

Não me parece adequado que simplesmente aquela colônia que se apresentasse primeiro garantisse a representação sindical em detrimento de todas as outras que se encontram ali naquele Município. O desafio que nós temos, e talvez possa até resultar numa normativa ou, então, até num procedimento que a gente consiga construir aqui em consenso, é garantir primeiro a publicidade do processo, a ampla divulgação dos procedimentos que resultam na concessão do registro sindical a uma colônia de pescadores. E mais: a ampla divulgação para garantir que todas as colônias daquele Município participem daquele processo e tenham garantia da sua representação.

É fundamental que nós encontremos um meio, um processo, critérios para estabelecer como se dará a representação dos pescadores em determinados Municípios.

Esse tem sido o desafio do Ministério do Trabalho, Presidente.

Encontramos, lá, uma situação em que foram concedidos alguns registros sindicais, foi concedida a equiparação de registros sindicais a colônias de pescadores, mas em nenhum momento, nenhum momento, houve a preocupação com aquilo que nós chamamos de representação, a garantia de que todos os pescadores de determinado Município pelo menos participaram daquele processo que estendeu a representação sindical a determinada colônia.

Este é o desafio, eu acredito, de todo o movimento sindical – aí, não é só dos pescadores: garantir algo que é fundamental para a organização sindical, que é a plena representatividade.



É fundamental que aquela organização sindical não represente somente uma colônia de um determinado Município, ela represente a totalidade dos pescadores daquele Município, porque a lei é muito clara, e, inclusive, as centrais sindicais têm isso muito claro, de que o princípio que determina a organização de base sindical e que prevalece sobre os demais é o princípio da unicidade sindical, um sindicato por categoria, por Município.

Este é o desafio que nós temos de enfrentar: organizar o processo de concessão de registros sindicais para colônias de pescadores, garantindo um princípio, consagrado na CLT, na Constituição Federal e reconhecido por todas as centrais sindicais, de que deve prevalecer a unicidade sindical na base sindical, nas organizações de base. Um sindicato por base territorial mínima do Município e por categoria.

Então, eu acredito que, hoje, neste encontro, Presidente... E quero parabenizar a iniciativa da Comissão do Senado de promover este encontro e este amplo debate. Amanhã, teremos uma nova audiência pública, também, lá no Ministério do Trabalho, audiência pública convocada desde a primeira semana de janeiro, justamente para buscarmos uma solução para a portaria que suspendeu a análise de registro, mas não cancelou registro algum e não cancelou as disposições anteriores.

Agora, o desafio que nós temos aqui – eu acredito que esta é uma grande oportunidade, debatendo diretamente com os Parlamentares, com os nossos Senadores e Deputados, e com os pescadores, principalmente – é encontrarmos um caminho que garanta a aplicação da lei, que garanta e consagre o princípio da unicidade sindical, mas, acima de tudo, garanta plena representação dos pescadores.

Então, Presidente, feita essa explicação inicial, eu acho que é importante ouvirmos, aqui, os nossos Parlamentares, a representação dos pescadores.



Eu queria cumprimentar o Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, e dizer que o Ministério do Trabalho jamais vai se recusar a fazer a concessão dos registros sindicais e a dar representação aos pescadores, consequentemente, o código sindical, que permite aos sindicatos devidamente regularizados recolherem o imposto sindical dos pescadores, mas nós precisamos estabelecer um procedimento claro, nos precisamos estabelecer um procedimento institucionalizado, para que o registro sindical não seja concedido ao sabor da vontade daquele que ocupa, hoje, o Ministério do Trabalho, e, sim, de acordo com procedimento estabelecido pelos próprios pescadores, pelas próprias representações sindicais.

Nada melhor do que um ambiente como este, como uma audiência pública, onde a gente pode ter contato com todos os pescadores, com a representação dos pescadores, com a participação e a contribuição valiosa dos nossos Parlamentares, para a gente chegar a um procedimento em que se resolva a questão da unicidade sindical e o Ministério possa, não ao arreio da lei, mas cumprindo a legislação, conceder os registros sindicais às colônias de pescadores.

Então, feitas essas explicações iniciais, eu retorno a palavra ao Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito De Lira. Bloco/PP – AL) – Eu agradeço a S. Ex^a o Sr. Ministro do Trabalho, Brizola Neto.

Eu queria dizer às pessoas que aqui se encontram, das representações, das federações, das colônias, ao Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, que estou muito feliz, Ministro, porque, pelo que percebi na primeira intervenção, de V. Ex^a, acredito que vamos chegar ao término desta audiência pública, ao mesmo tempo na continuidade, com a audiência pública que V. Ex^a promoverá amanhã, no Ministério do Trabalho, com a participação de



Parlamentares da representação dos pescadores do País como um todo, com a possibilidade de encontrarmos caminhos para atender àquilo que estabelece a legislação, logicamente, e também atender aos anseios daqueles que exercitam essa atividade, que veio antes, parece, possivelmente, do Brasil República.

Então, eu queria cumprimentar todos os presidentes de federações, de colônias, e abro um parêntese para cumprimentar todos os pescadores do meu País na pessoa da minha querida alagoana Presidente da Federação dos Pescadores do meu também querido Estado de Alagoas. Quero cumprimentar a todos e dizer que façam desta Casa a continuidade da sua casa ou do seu habitat de trabalho. (*Palmas.*)

Abri um precedente para atender ao Ministro, considerando que ele tem um horário previamente estabelecido para retorno, mas, em primeiro lugar, eu teria que conceder a palavra aos subscritores do requerimento que proporcionou este encontro.

Considerando que o Senador Flexa Ribeiro, que foi o primeiro subscritor, não se encontra, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente da Comissão e também subscritor deste requerimento.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Benedito de Lira. Meus cumprimentos pela rapidez em atender nosso pedido para fazer essa audiência pública. Nós conversamos semana passada, e prontamente V. Ex^a já organizou esta bela audiência pública com nossos pescadores.

Agradeço ao nosso Ministro Brizola Neto pela sua presença aqui conosco para discutir e debater este assunto.

Faço uma saudação a todos os nossos convidados, Abraão Lincoln, Presidente da Confederação; aos demais convidados; ao representante do



Ministério da Pesca; do Ministério da Previdência; ao Procurador da República também, meus cumprimentos, e obrigado pela presença aqui conosco.

Uma saudação especial a todos os nossos pescadores e, em nome do Hélio, que é da Federação dos Pescadores do Estado de Rondônia, saúdo todos os pescadores. Um abraço a todos os rondonienses que estão aqui, rondonienses de Ji-Paraná, de Machadinho, de Candeias, de Porto Velho, do Baixo Madeira, a todos os pescadores que estão acompanhando, junto conosco, esta audiência pública. Cumprimento também as pessoas que nos acompanham pela TV Senado.

A realização desta audiência pública para discutirmos o impasse em questão, da competência sindical entre as colônias de pesca do Brasil, foi uma solicitação da Confederação Nacional dos Pescadores e da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura do Congresso Nacional.

Subscrevi o requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro porque entendo que é com base no diálogo que podemos chegar a uma solução para esse impasse.

Antes de continuar, gostaria de cumprimentar nossos Deputados Federais, que estão acompanhando e também participam desta audiência pública, Deputado Paulinho da Força, Deputado Vitor Paulo, Deputado Zequinha Marinho, Deputado Cleber Verde, que é o Presidente da Frente, e o Deputado José Airton, do Ceará. Muito obrigado pela presença dos senhores nesta audiência pública.

Os pescadores demonstram preocupação com a possibilidade de cancelamento das cartas sindicais, Ministro, expedidas para as colônias de pesca, conforme a determinação da Portaria nº 2.159, emitida por V. Ex^a e publicada no Diário Oficial no dia 3 de janeiro de 2013. Essa é a grande preocupação dos nossos pescadores. Eles têm, no meu entendimento, uma das profissões mais antigas do planeta. Mesmo antes da agricultura, já havia um ser humano pescando. Precisamos regulamentar. Entendo que é legítima a regulamentação da



colônia dos pescadores para que eles tenham essa organização e tenham reconhecimento pelo seu trabalho, tão importante para toda a população brasileira.

Das 1.200 colônias de pesca existentes no Brasil, 300 receberam a carta sindical com base na portaria nº 547 e com base no que está previsto no art. 8º, §1º da Constituição, regulamentado pela Lei nº 11.699, de 2009, que equipara colônia de pescadores aos sindicatos rurais. Os pescadores questionam como uma decisão do Ministério do Trabalho pode se sobrepor a uma lei federal e a uma portaria anterior do próprio Ministério. Diante dessa questão, eu me coloquei à disposição do setor da pesca e aquicultura para intermediar uma conversa com o Ministro Brizola Neto para tentarmos resolver essa situação de forma administrativa e através das reuniões que ora estamos promovendo aqui, no Senado Federal.

A portaria já estava publicada, inclusive com audiência pública marcada pela Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério, para discutir sua aplicação, o que ocorrerá amanhã. Faço um parêntese aqui, Ministro, sobre se não é oportuno tratarmos desse assunto hoje e cancelarmos a audiência de amanhã. Não seria oportuno?

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Há um número grande já de inscritos – o Secretário pode me dar um número exato de inscrições, são 230 inscrições garantidas – e, por isso, fica difícil cancelarmos uma audiência com tantas pessoas. Marcamos essa audiência anteriormente, foi marcada anteriormente inclusive à audiência aqui, do Senado. Não respondemos a essa iniciativa, Senador; na verdade, saímos à frente, o Ministério marcou audiência pública, antes, inclusive, da Comissão de Agricultura do Senado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, é conhecido que a audiência marcada pelo Ministério é anterior à nossa audiência. Mas, assim mesmo, fica aqui o nosso pedido.



O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Senador, acredito que, se conseguíssemos encontrar aqui o caminho, justamente nesse diálogo, não vai haver nem sentido, ou seja, perdemos o objeto da audiência pública de amanhã. Mas, antes de encontrarmos esse procedimento, é importante mantermos a audiência, até porque teríamos mais tempo para, se necessário, aprofundar o debate e produzir consenso, acima de tudo. Esse é o caminho e este é o desafio que temos aqui: produzir um consenso de qual é o procedimento que vamos ter para garantir a unicidade sindical.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ministro, por sua colocação e por sua vontade de achar uma solução.

Agradeço, mais uma vez, a vinda dos convidados.

Saúdo o nosso Senador Flexa Ribeiro, também signatário, junto conosco, desta importante audiência pública, nesta manhã no Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao eminente Senador Acir Gurgacz. Faço apenas um registro: dar o nome da Presidenta da Federação, cumprimentando todas as federações de pescadores do Brasil, na pessoa da minha querida Eliane Moraes.

Eu gostaria que você ficasse de pé, Eliane, para que as pessoas pudessem vê-la. (*Palmas.*)

Dando sequência, dou a palavra ao subscritor do requerimento, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a tem a palavra para justificar seu requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Bom dia a todos.

Presidente da CRA, Senador Benedito de Lira; Ministro Brizola; Senador Acir Gurgacz; Deputado; Presidente da Confederação Nacional da Pesca; senhores convidados a participar desta importante audiência pública; senhores presidentes de colônias dos pescadores de todo o Brasil que se deslocaram até aqui, atendendo ao convite para participarem da audiência; Srs.



Deputados; senhoras pescadoras e senhores pescadores; minhas senhoras e meus senhores, o setor da pesca é, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes para a economia do nosso País.

O Brasil tem condições de assumir uma posição de destaque na produção de pescado em relação ao mundo. Lamentavelmente, hoje, Ministro Brizola, participa com menos de 1% do comércio internacional de peixe, ainda importa pescado. Nós temos, por bondade de Deus, uma costa, em nosso País, de mais de 8 mil quilômetros, com uma capacidade de produção enorme. E temos águas internas, como é o caso da nossa Amazônia, que podem e devem ser exploradas.

Nós temos que dar, evidentemente, aos pescadores as condições todas de desenvolverem o seu trabalho. Agora mesmo o Governo Federal, a Presidenta Dilma, o Ministro da Pesca, Crivella, lançou um programa de muitos bilhões de reais para incentivar a produção de pescado, e nós todos apoiamos a iniciativa do Governo e o trabalho de todos os pescadores e das pescadoras do Brasil.

Lá atrás, Ministro Brizola, tive a oportunidade de ser o relator da Lei da Pesca. Era um projeto que demandava, aqui no Congresso Nacional, décadas, e que não era aprovado. Tivemos na relatoria a felicidade de poder aprová-lo. E quando chegou a mensagem da Presidente da República criando a Secretaria da Pesca com *status* de Ministério, junto com os nossos pares no Senado Federal e na Câmara Federal, condicionamos a aprovação da nova secretaria à aprovação da Lei da Pesca. Não adiantava criar mais um ministério se não houvesse um instrumento que pudesse dar aos trabalhadores da pesca as condições de exercerem a sua profissão. E isso efetivamente aconteceu. E mais à frente, tivemos a oportunidade de equiparar o pescador ao agricultor familiar. Todos esses instrumentos foram e são importantes para o desenvolvimento das suas atividades.



A questão da legalidade sindical é, sem sombra de dúvida, outro fator da maior importância. A Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores tem quase 100 anos, é de 1920 – vai fazer 93 anos. Há colônias de pescadores centenárias, quase bicentenárias.

Eu não tive oportunidade de assistir à fala de V. Ex^a, mas fui informado de seu conteúdo e acho que tranquiliza, Senador Benedito de Lira, a todos nós, os Senadores que subscreveram o requerimento da audiência, e a todos os trabalhadores da pesca, os filiados às colônias, porque V. Ex^a, na sua fala – até porque é constitucional a equiparação das colônias aos sindicatos, não há como, através de uma portaria, ser cancelada –, tranquiliza a nós, pois V. Ex^a quer apenas esclarecer a possibilidade de existência de mais de uma colônia em cada Município. A informação que tenho é que isso não chega a ocorrer, mas, se vier a ocorrer, é uma questão só de cronologia, e V. Ex^a terá todas as condições, então, de dar continuidade, e não só dar continuidade na legalidade das que estão solicitando, como manter as que já foram assim definidas.

Então, quero aqui agradecer ao Senador Benedito de Lira pelo pronto atendimento de S. Ex^a como Presidente da Comissão de Agricultura, e ao Senador Acir Gurgacz e aos Senadores que assinaram junto conosco o pedido desta audiência pública.

Finalizando, quero deixar uma mensagem a todos os pescadores do Brasil. O Pará disputa com Santa Catarina, Presidente Benedito de Lira, o posto de maior produtor de pescado do Brasil. Tenho certeza de que nós somos os maiores produtores – queremos até que Santa Catarina nos incentive a pescar mais. Estamos aqui para apoiar o setor da pesca, e fazemos isso na certeza de que estamos trabalhando para o desenvolvimento e melhor condição de vida de todos os brasileiros e do nosso País.

Muito obrigado. Vamos à luta, porque a vitória é nossa. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade a nossa audiência pública, concedo a palavra, agora, ao representante do Ministério da Pesca, Sr. Átila Maia da Rocha, que representa, nesta oportunidade, o Ministro Crivella, que, por razões...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para ajudar nosso Senador Flexa Ribeiro: Rondônia também está na disputa com o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Isso é bom demais!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Quem coloca tambaqui nas feiras do Pará e do Amazonas é o Estado de Rondônia já, com a produção de pescado. (*Palmas.*) E temos um caminho grande pela frente para aumentar e ajudar a produção de pescado brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura, que, nesta oportunidade, representa o Ministro Crivella.

O SR. ÁTILA MAIA DA ROCHA – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, todos os integrantes da Mesa, Srs. Deputados, senhores pescadores e pescadoras, senhoras e senhores, é um erro grave conceber a história das instituições, em qualquer nível de análise, como a sucessão aleatória ao sabor do acaso. Assim, senhores, no Brasil, a aglomeração de pescadores se deu após o declínio da política canavieira, na segunda metade do século XVII, quando os



trabalhadores daquele setor agrícola procuravam alternativas de sobrevivência e encontraram na pesca a solução para seus problemas. Essas aglomerações primitivas receberam a alcunha de colônia de pescadores.

O pescador artesanal é dono de sua própria força de trabalho e, via de regra, desenvolve seu labor fazendo uso de parcerias que ocorrem em regime de economia familiar, o que significa que tudo, desde a embarcação até os apetrechos de pesca utilizados, poderiam ser fabricados no seio da família, além de a mão de obra ser eminentemente familiar.

Na década de 80, as organizações sindicais e as colônias de pescadores participaram ativamente das negociações para a promulgação da chamada Constituição cidadã, sendo as colônias, inclusive, mencionadas na Carta Magna, no parágrafo único do seu art. 8º.

Nesse dispositivo constitucional, estão sendo assegurados direitos às colônias de pescadores artesanais inerentes às organizações sindicais rurais, donde se conclui que a Lei Maior ampliou as prerrogativas das colônias de pescadores, dando-lhes *status* de organizações sindicais.

Na realidade, o funcionamento de uma colônia de pescadores é idêntico ao de uma entidade sindical, na medida em que as colônias de pescadores representam profissionais e são regidas por um estatuto social aprovado em assembleia geral e administradas por uma diretoria coletiva, eleita pelos próprios pescadores, com toda a estrutura administrativa inerente a uma organização sindical, inclusive conselho fiscal.

O incremento da consciência associativista dos pescadores artesanais culminou, em 2010, com a obtenção do direito de serem as colônias de pescadores e seu sistema confederativo reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 547, de 2010, como representantes dos interesses dos pescadores artesanais no Brasil.



Então, o sistema confederativo da pesca artesanal (colônias, federações estaduais e a Confederação Nacional) passou a integrar oficialmente o sistema de organizações sindicais do Brasil.

O resultado de todo esse movimento foi o reconhecimento da Administração Pública da evolução do sistema confederativo da pesca artesanal, o que significou a publicação da lei das colônias, a Lei nº 11.699, de 2008, que prevê em seu art. 1º:

Art. 1º As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal.

E ainda o seu art. 2º:

Art. 2º Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição.

Assim sendo, como é que nós podemos deixar os pescadores brasileiros sem a representação plena? O que acontecerá com as colônias já inscritas?

Esse, concordando com o nosso Ministro do Trabalho, Brizola Neto, sem dúvidas, é o grande desafio. E, assim sendo, com base na harmonia do todo, que é mais importante que o isolamento das partes, consulto o nobre Ministro quanto à possibilidade de reconsiderar a Portaria nº 2.159, de 28 de dezembro de 2012, uma vez que, em seu art. 1º, ela torna sem efeito a Portaria nº 547, de 2010.

Concordamos em que realmente algo precisa ser feito, algo precisa ser reajustado, mas eu apelaria ao nosso Ministro que levasse em consideração a



possibilidade de preservar o cadastro que lá existe, mantendo ativa a Portaria nº 547, de 2010, ainda que ele possa efetivamente suspender a análise de novas pretensões. Esse é o apelo para que o Ministério da Pesca consiga manter um controle rígido sobre o registro geral da pesca. Porque, do contrário, isso poderá causar grandes prejuízos, especialmente ao Codefat.

Eram essas as palavras. Estamos à disposição aqui para as interações necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vamos fazer aqui um ordenamento para que possamos aproveitar a presença do Ministro na Casa.

Vou dar a palavra ao representante do Ministério da Previdência. Depois, então, o Ministro terá um tempo para responder às perguntas e às indagações que estão sendo feitas, considerando que terá que se afastar. Mas conversamos há poucos instantes e ele, ao sair, deixará aqui o Secretário de Emprego do Ministério, para que a gente possa, ao término desta audiência pública, ter aqui uma reunião com a presença dos Senadores.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Suplicy, que desde ontem trata deste assunto.

E queria comunicar à Casa, aos senhores presentes, que está presente também o Deputado Federal Evandro Milhomen, do PCdoB, do Amapá.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Senador, em homenagem à Câmara, que a gente também possa ouvir um representante da Câmara, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ah, sim. Antes de o Ministro sair, daremos a palavra a um representante da Câmara dos Deputados, porque, sem dúvida nenhuma, é uma parceria que nós temos.



Concedo a palavra ao representante do Ministério da Previdência, Sr. Leonardo José Rolim Guimarães.

Gostaria de cumprimentar os palestrantes, porque a economia de tempo está sendo extraordinária, quer dizer, cada um que está fazendo a sua exposição está considerando exatamente o que pode ser suficiente, está sendo sucinto para que a gente possa...

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sendo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... sendo objetivo, para que a gente possa realmente aproveitar a presença do Ministro. Quem sabe ele não vai estar aqui até o último orador?

Com a palavra S. S^a.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente; Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura; na pessoa dos senhores quero cumprimentar os demais Senadores e Deputados presentes. Cumprimento o meu amigo Abraão Lincoln e, em sua pessoa, os demais pescadores e dirigentes sindicais da pesca aqui presentes.

Vou procurar ser bem breve, até porque, em relação ao Ministério da Previdência, não há muito o que acrescentar.

O Ministro Garibaldi, conhecido de todos pelo trabalho que tem feito há muitos anos em defesa da pesca no Brasil, como Senador, foi um dos relatores da Lei da Pesca, foi relator na Comissão de Assuntos Econômicos; quando Presidente do Senado, aprovou a lei das colônias, Lei nº 11.699, no Senado, que depois teve que voltar à Câmara; assim também com a lei que criou o Ministério da Pesca – esse tripé que compõe a base legal principal de funcionamento da pesca no Brasil.



No Ministério da Previdência, não poderia ser diferente. Encontramos lá uma situação desconfortável em relação aos pescadores no que diz respeito à sua representatividade. Apesar de, desde 2008, termos uma lei que reconhece as colônias como os únicos representantes legítimos dos pescadores artesanais brasileiros, o Ministério da Previdência ainda não o reconhecia dessa forma.

Antes, e independente do reconhecimento sindical pelo Ministério do Trabalho – uma coisa não está ligada à outra – o Ministério da Previdência reconheceu esse direito. Hoje as colônias são os representantes, no Ministério da Previdência, dos pescadores. As colônias têm hoje a prerrogativa inclusive de fazer o cadastro dos segurados especiais pescadores artesanais, um projeto muito importante do Ministério da Previdência que vai permitir que, no futuro, os segurados especiais tenham acesso mais fácil, mais ágil aos seus benefícios, seja aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença. Esse cadastro hoje é feito, no caso dos agricultores familiares, pela Contag e, no caso dos pescadores artesanais, pelas colônias, por meio da Confederação Nacional dos Pescadores, em convênio firmado entre o Ministério da Previdência e a Confederação.

Além disso, regularizamos o convênio para o reconhecimento do direito da contribuição associativa ser descontada do benefício previdenciário do pescador aposentado, prerrogativa que também não era reconhecida anteriormente, sendo que várias outras instituições já a tinham.

Além disso, temos avançado em relação a algumas divergências que tínhamos relativamente a benefícios previdenciários dos pescadores. O diálogo tem sido constante; acredito que temos grandes avanços, inclusive no que diz respeito à representação dos pescadores no Conselho Nacional de Previdência Social. Foi outro avanço que tivemos. A Confederação hoje está presente, representando os pescadores artesanais no Conselho de Previdência Social,



assim como as demais maiores entidades que representam os trabalhadores e aposentados do Brasil.

Objetivamente, a questão do registro sindical não interfere em todos esses trabalhos conjuntos de reconhecimento de direitos que a Previdência tem feito com os pescadores. Independentemente disso, nós nos solidarizamos, porque entendemos que o caminho que o Ministério do Trabalho está tomando é um caminho cuidadoso e que tem de ser tomado realmente. Se, de um lado, nós temos uma lei que reconhece o direito de representação das colônias e, mais do que isso, que as colônias são os únicos representantes dos trabalhadores pescadores artesanais, de outro lado, nós temos o princípio constitucional da unicidade sindical. Temos que compatibilizar uma coisa com a outra. Mas, repito: isso não interfere em nada com relação aos direitos previdenciários.

Era, brevemente, numa primeira participação, o que tinha a apresentar.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao representante do Ministério da Previdência.

Gostaria de pedir a atenção dos nossos palestrantes para o fato de que precisamos otimizar o uso do tempo, pois o desejo é de que o Sr. Ministro, antes de sair, possa responder a todos os oradores que o sucederem.

Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria dizer a V. Ex^{as}s que o meu querido Senador Acir Gurgacz está cronometrando o tempo...



O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Cumprimento o Senador Acir Gurgacz; o Ministro Brizola Neto; o Leonardo, Secretário de Política da Previdência; o Elizeu Augusto de Brito, que aqui representa os engenheiros de pesca de todo o Brasil; cumprimento o Abraão Lincoln e, na sua pessoa, todos os presidentes das federações de colônias de pescadores presentes aqui nesta audiência pública; cumprimento o membro do Ministério Público; cumprimento o Átila Maia, que nesta oportunidade representa o Sr. Ministro Marcelo Crivella; cumprimento os Srs. Deputados que já estiveram aqui, como os Deputados Airton Cirilo, Vitor Paulo, Paulinho da Força; cumprimento o Zequinha Marinho; cumprimento o Evandro Milhomen; cumprimento o Senador Eduardo Suplicy, em nome de quem cumprimento todos os membros da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, que, no Congresso Nacional, vem desenvolvendo um trabalho em favor do segmento da pesca neste País. Quero cumprimentar, de forma especial, a todos os pescadores e pescadoras que comparecem, nesta manhã, a esta audiência pública, prova inconteste da sua preocupação em relação ao movimento sindical. (*Palmas.*)

Sr. Ministro, Sr. Presidente, é importante fazer um registro histórico: nós temos conquistas históricas na Carta Magna, na Constituição. Eu me recordo de algumas ações, principalmente do Constituinte originário, feliz na sua decisão, fruto da organização dos movimentos sociais, quando nós tivemos, por exemplo, a definição da garantia da aposentadoria rural para lavradores e pescadores; a redução da idade mínima para a aposentadoria foi constituída pelo Constituinte originário, reduzida para homens e mulheres, cinco anos menos. Está aqui na nossa Constituição. O lavrador e o pescador se aposentam; o homem com 60 anos de idade, e a mulher com 55 anos de idade, fruto de uma decisão dos Constituintes originários desta Casa.

As conquistas que estão elencadas nesta Constituição são fruto exatamente dessa organização dos movimentos sociais. Se a Câmara ou o



Senado puxou para si a responsabilidade e aprovou, por exemplo, a lei das colônias, a Lei da Pesca, a criação do Ministério, isso tem, Sr. Ministro Brizola, a participação decisiva das colônias de pescadores de todo o Brasil. (*Palmas.*) Estiveram aqui, na Câmara e no Senado. E, se não me falha a memória, V. Ex^a participou ativamente da aprovação dessas leis.

Portanto, as leis que esta Casa apresentou à sociedade, que vêm beneficiando o povo brasileiro e, de forma especial, os nossos pescadores, têm a participação, sim, do movimento associativo dos pescadores do Brasil.

É importante registrar – e aqui faço um parêntese para citar, Sr. Presidente – que, na terça-feira, o Senador, hoje Ministro Crivella, fez um balanço de um ano de sua gestão, que culminou inclusive com o lançamento do Plano Safra de Pesca e Aquicultura. Recursos na ordem de R\$4 bilhões a mais para investimento no setor, que envolve diversos Ministérios: Saúde; Educação; Ministério do Trabalho; MDA; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Conab. Enfim, as diversas ações do Governo estão nesse contexto do Plano Safra.

É importante registrar, Senador Benedito de Lira, que, inclusive, os bancos oficiais, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia são parceiros número um nesse plano. O pescador vai buscar o crédito de forma facilitada, sem burocracia.

Vou dar um exemplo aqui que aconteceu no Maranhão, quando entregamos diversos cheques lá. Eu estava presente. Pescadores receberam R\$2,5 mil. Quero citar aqui o Deputado Márcio Marinho, companheiro do PRB da Bahia. O pescador, pela segunda vez, estava recebendo R\$2,5 mil, Senador Benedito de Lira. E, ao final, só paga R\$1,8 mil. Ou seja, se ele mantém a adimplência, ele tem um desconto de 25%, portanto. Ele não paga a mais; ele paga a menos.



É o Governo mais uma vez contribuindo, sim, com a questão da desigualdade de renda neste País.

Quero registrar aqui com satisfação e dizer que estou nesta Casa há mais de seis anos e tenho acompanhado as políticas públicas que vêm do Presidente Lula e agora da Presidente Dilma. Ações que vêm, de fato, ajudando a diminuir a desigualdade de renda deste País. Faço essas citações porque, historicamente, isso vem mudando, de fato, a realidade da vida do povo brasileiro, especialmente a dos nossos pescadores.

Então, o Governo Federal manifestou-se de forma clara, ele acordou para esse setor da economia que estava adormecido.

Eu estive na Noruega, representando a Frente Parlamentar, e aquele país tem a pesca como segundo maior setor da sua economia. E o Brasil, com tanto potencial, tanto rio, lago, nosso mar, nossa costa litorânea, não explorava a contento.

O Sr. Ministro veio e, terça-feira, fez um balanço de um ano. Que avanço, Ministro Brizola! Que avanço! Especialmente em função – que coincidiu, repito – do Plano Safra.

Então, vive um novo momento. E aqui nós temos representantes do Maranhão. E tenho a oportunidade de acompanhar alguns lançamentos do Plano Safra regionais, que são feitos por lá, e que beleza ver pescadores, piscicultores mudando sua realidade! No sul do Estado, o piscicultor tirando 40 toneladas de peixe por mês! Mas com dificuldade, porque ele compra um bitrem de ração por semana. E aí falta-lhe a fábrica de ração.

Então, está-se organizando o setor, e o Plano Safra vem nesse sentido de poder encontrar dificuldades, de encontrar os problemas que existem no setor para, justamente, Deputado Zequinha Marinho, buscar solução, oferecer recurso de forma subsidiada, que lhe permita encontrar meios para produzir mais, e o Governo obter aquilo que ele quer, que é o lucro social. O Governo quer ver as



famílias melhores. É isso que eu vejo da Presidente Dilma, do Governo Federal, que nós acompanhamos nesta casa. O Governo quer ver cada pescador, cada trabalhador ter uma vida mais digna, uma vida mais cheia de realizações, que ele tenha recursos para sustentar a si e à sua família.

Foi dito aqui pelo Benedito de Lira... Não posso me alongar na minha fala, mas quero dizer aqui, de forma clara, Sr. Ministro Brizola, que a Câmara está muito atenta às ações do Governo, apoia as ações que são propositivas no sentido de favorecer os nossos trabalhadores, mas também ela vai de encontro às manifestações do Governo.

Aqui, cito também o nosso querido Líder do PRB, George Hilton, de Minas Gerais, que prestigia esta audiência pública.

Sr. Ministro, faço questão de registrar que, ontem, na Comissão de Finanças e Tributação, a Câmara deu mais um exemplo claro de que está a favor dos pescadores, junto com as iniciativas do Governo.

Vejam que a Comissão de Finanças e Tributação, como V. Ex^a sabe, é a Comissão onde, de fato, se discute a questão orçamentária. Imaginava eu que lá pudéssemos obter uma derrota, mas, para a minha felicidade, houve sensibilidade por parte de todos os Deputados daquela Comissão, fazendo justiça. Aqui, quero citar o que disse Rui Barbosa: “Nada há mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça”.

Ontem, a Comissão de Finanças e Tributação aprovou, por unanimidade, um projeto de nossa autoria que vai beneficiar os proprietários de barcos, que, muitas vezes, por conta do seguro-defeso, são obrigados a parar de trabalhar. O pescador artesanal recebe o seguro-defeso, mas o proprietário de um barco pequeno, Milhomen, também é obrigado a ficar sem trabalhar, porque ele não pode pescar com seu barco. Na época do seguro-defeso da lagosta, por seis meses, ele fica parado. E o que fazer? Esse proprietário de barco, muitas vezes,



vende sua embarcação. Ele vende sua embarcação, porque não tem como manter seu trabalho.

E aí fizemos justiça ontem. O nosso projeto passou, por unanimidade, na Comissão de Agricultura e, ontem, passou na Comissão de Finanças e Tributação. Aprovamos o projeto, que vai à CCJ e que, depois, vem ao Senado, para garantir a esse proprietário de barco, através do Fundo da Marinha Mercante, o direito de ser ressarcido, de receber recursos provenientes desse fundo. Atendemos, assim, aos anseios desses trabalhadores.

Portanto, Câmara e Governo têm o mesmo sentimento, o mesmo pensamento, para garantir, acima de tudo, o apoio aos nossos pescadores. Com isso, não era de se estranhar que, diante da decisão do Sr. Ministro de editar uma portaria que é também prerrogativa do Ministério, o Congresso Nacional, nós – faço questão de registrar aqui – apresentássemos o Projeto de Decreto Legislativo nº 815, deste ano, para sustar os efeitos da portaria do Sr. Ministro, porque entendemos que ela está na contramão do que quer o Governo Federal, a Presidente Dilma e esta Casa, Câmara e Senado. (*Palmas.*)

Portanto, quero registrar também que já temos o apoio de todos os líderes da Câmara Federal, inclusive o do líder do seu Partido, que o assinou e o subscreveu, entendendo que a portaria vai de encontro à Constituição Federal, que coloca em sintonia colônias junto com os sindicatos.

Era o que eu queria registrar, em nome dos companheiros e das companheiras da Frente Parlamentar da Pesca.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, Deputado Cleber.

Considerando que o Ministro terá de se retirar – e sei perfeitamente a ansiedade dos pescadores, das colônias e das confederações, etc. –, daremos continuidade a isso depois, Presidente.



O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu queria dar uma palavrinha antes de o Ministro sair.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Haverá tempo para isso. Ele vai dar uma informação que vai agradar V. Ex^a e os ouvintes. Se o Ministro não tivesse esse compromisso com a Presidente da República para tratar de assunto de interesse do País, logicamente, nós ficaríamos aqui. Mas eu gostaria de ouvir o Ministro e, logo em seguida, eu concederei a palavra a V. Ex^a e ao Procurador.

Ficaremos aqui com a presença do Secretário de Trabalho, que deverá levar para o Ministro aquilo que ficar definido aqui. Isso foi o que pactuamos aqui, cochichando nós dois, não é, Ministro?

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Obrigado, Sr. Presidente.

Acho que foi importante ouvir os requerentes, ouvir a manifestação do representante da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente. E, sem dúvida alguma, não vai haver prejuízo de ouvirmos aqui a representação do Ministério Público do Trabalho e também do representante da Confederação Nacional dos Pescadores, Abraão Lincoln. Aqui estará presente o nosso Secretário de Relações de Trabalho. Dentro do Ministério, essa é a Secretaria responsável justamente pela concessão dos registros sindicais.

Aproveito o ensejo para cumprimentar o Senador Suplicy, que, sem dúvida alguma, é um dos baluartes do Senado Federal e que abrilhaanta esta audiência pública com sua presença.

Quero responder aqui de maneira rápida.

Acho que foi importante, inclusive, a intervenção do Deputado Cleber Verde, para ver como, nesses últimos dez anos, avançou-se em relação justamente a políticas públicas que valorizem a pesca e, principalmente, o pescador artesanal em nosso País.



O Ministério do Trabalho não pode ser diferente. Nós, Cleber, viemos de uma tradição política em que, se existe uma prioridade, se existe um compromisso que sempre orientou a nossa ação, é justamente o direito e a garantia do trabalhador brasileiro. Esse é um compromisso de que não abrimos mão.

E eu gosto sempre de recordar, Presidente, Senador Benedito de Lira, as palavras de um grande brasileiro que se chamava Leonel Brizola, que, ao final de mais de 60 anos de vida pública, gostava de repetir, e repetia muito para os seus netos: “Olha, eu tenho mais de 60 anos de vida pública, ocupei os mais diferentes cargos em toda a minha trajetória política, e encontrem, podem vasculhar minha vida inteira, não há um único ato contra os trabalhadores”. E esse é um princípio que nós carregamos. Talvez por isso tenho a honra de ter sido escolhido pela Presidente Dilma para estar à frente do Ministério do Trabalho, por um profundo compromisso com os direitos e as garantias dos trabalhadores brasileiros.

Uma consideração que é muito importante ser feita e que talvez seja a gênese de todo esse conflito, Cleber, porque nós não temos óbice nenhum, nenhum, em continuar fazendo a concessão de registro e a equiparação das colônias de pescadores a sindicatos... (*Palmas.*) ... garantindo todos os direitos que essa representação lhe dá, inclusive do recolhimento da contribuição sindical e do imposto sindical, é que, quando éramos Deputados, Cleber, lutamos contra praticamente um Plenário inteiro para manter o princípio do imposto sindical, que é um princípio muito generoso. Por esse princípio, aqueles que não reivindicam porque não estão na vanguarda do processo de reivindicação da classe trabalhadora pagam um dia de trabalho, um dia, um único dia de trabalho, durante todo o ano, para aqueles que estão à frente das suas categorias. Isso está na vanguarda do processo de reivindicações e de lutas e conquistas por direitos e garantias. Porque são, sim, os representantes sindicais que hoje lotam este



plenário, justamente para garantir direitos e garantias para toda uma categoria, no caso os pescadores.

Quero frisar que fiz questão de estar aqui presente, como Ministro de Estado. Recebi o telefonema do Senador Acir e do Presidente Benedito de Lira com o convite e, de pronto, fiz questão de estar presente a esta audiência pública. Primeiro, porque nós nunca nos recusamos ao debate; e, segundo, porque temos o compromisso claro, Cleber, de garantir direitos, de dar garantias ao trabalhador brasileiro. E não vai ser diferente com os pescadores.

Antes de sair, Presidente, quero assumir aqui um compromisso... (*Palmas.*) ... como já o fiz outras vezes, inclusive em reuniões com as próprias representações de pescadores, encontros da Confederação Nacional dos Pescadores, com o Abraão Lincoln. O que precisamos encontrar aqui, Senador Suplicy? O compromisso que quero assumir é este: o de encontrarmos aqui um procedimento que o decreto legislativo, Cleber, infelizmente, ainda não resolve. Nós temos que encontrar uma maneira, e nem precisa ser uma normativa, um processo legislativo, que, muitas vezes, é moroso, mas, talvez, por um próprio ato administrativo, seja possível, sim, encontrar o caminho que garanta, Senador Suplicy, o princípio da unicidade sindical, que é consagrado por todas as centrais sindicais, de que, na base, o que vale é o princípio da unicidade.

Com relação a entidades de grau superior, há uma grande discussão. Há, inclusive no Supremo Tribunal Federal, judicializadas, várias ações de constitucionalidade quanto à interpretação de uma portaria. A Portaria nº 186 disse que, em relação a entidades de grau superior, o que vale é o princípio da unicidade ou o princípio da pluralidade. Até porque, é importante lembrar também, a Constituição de 1988 faz um grande acordo na organização sindical. Um acordo da antiga organização confederativa, criada lá atrás, no bojo da Revolução de 1930, da Consolidação das Leis do Trabalho, que criou o sistema confederativo com um novo sindicalismo que surgia com a redemocratização do nosso País,



principalmente nos sindicatos que emergiam do ABC do Estado de São Paulo. Então, fez-se um grande acordo e temos uma legislação, a Carta de 88, que em muitos momentos é híbrida. Em muitos momentos ela remete à unicidade sindical, em outros momentos remete à pluralidade sindical. E o que ficou estabelecido, de fato, e é um acordo de todas as centrais sindicais – repito, de todas as centrais sindicais – é que, na base, o que vale é o princípio da unicidade.

Eu quero deixar um compromisso do Ministro, do Ministério do Trabalho, aqui nesta audiência pública, lamentando muito que tenhamos esse compromisso com a Presidente da República, no Palácio do Planalto, que é o lançamento de um ousado plano de investimento em inovação em ciência e tecnologia, que vai atingir a pesca, também, a indústria da pesca e o pescador artesanal. É um grande pacote de financiamento para inovação, para ciência e tecnologia, que vai ser lançado agora no Palácio do Planalto. Mas, antes de sair, eu quero deixar aqui o compromisso de que se nós encontrarmos, aqui mesmo nesta audiência pública, ou no mais tardar até amanhã, na audiência pública do Ministério do Trabalho, o procedimento que garanta a unicidade sindical, garanta a plena representatividade dos pescadores, sem prejuízo de representatividade de um único pescador sequer, a publicidade dos atos, que a gente garanta que todos os pescadores daquele Município que se interessarem estejam participando do processo de concessão do registro sindical, nós revogamos a portaria na mesma hora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu queria só agradecer a V. Ex^a e dizer o seguinte: aguarde mais dois minutos porque o Presidente da Confederação fará uma sugestão que vai ao encontro desse seu compromisso.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sem problema, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Sr. Abraão Lincoln. Peço uma economia de tempo, porque você sabe que o Ministro tem que sair.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu sei.

Bom dia a todos e a todas.

Eu acho que a solução do problema Deus guarda para a hora certa. Os pescadores do Brasil têm tido no Congresso Nacional a sua grande voz. É tanto que nestas duas Casas, Câmara e Senado, todas as atuais leis que regulamentam a pesca foram aprovadas por unanimidade. (*Palmas.*) Inclusive a criação do Ministério, com os votos da oposição e do Governo. Aqui não há oposição nem Governo. E o nosso Ministro Brizola Neto muito nos ajudou a caminhar aqui nos corredores da Câmara, fez história junto conosco, para regulamentar o art. 8º, Dr. Procurador, da Lei nº 11.699.

Ministro, deixe-me dar-lhe uma boa sugestão. Agora mesmo já fizemos aqui um compromisso com o Ministério Público do Trabalho, que está aqui muito bem representado e que sempre contribuiu como guardião da lei, para que a lei fosse cumprida e para que os pescadores tivessem direito e acesso às suas cartas sindicais. (*Palmas.*)

No Estado do Rio de Janeiro, nós começamos a fazer isso. Em um compromisso que a Confederação assumiu na última audiência com o senhor, a colônia de Sepetiba e a colônia de Pedra de Guaratiba se fundiram numa só. E aqui eu quero fazer uma proposta ao senhor, para sairmos todos vitoriosos, os trabalhadores e o Governo. O Ministério Público do Trabalho, junto com a Confederação, que tinha atribuição institucional para isso, se comprometem a fazer a fusão de todas as colônias quando houver mais de uma no Município, junto com o Ministério do Trabalho. Por uma única razão. (*Palmas.*)

Eu quero dar aqui um exemplo do Rio Grande do Norte, Ministro. No século passado, a Capitania dos Portos procurou a Federação Iá do Rio Grande



do Norte para resolver um problema de ordem, porque há uns pactos do mar. Nós não vamos aqui discutir isso. A história da pesca é totalmente diferente da de qualquer outra categoria deste País. Em alguns Municípios... No caso do Rio Grande do Norte, um só teve que ter três colônias divididas, Dr. Procurador, até por uma razão de sobrevivência humana, por questões de ordem racial. Então, a própria Marinha do Brasil à época nos pediu isso. Não a mim, mas a quem me antecedeu.

Aqui eu queria fazer essa proposta antes de o Brizola sair. Ele que nos ajudou, Dr. Procurador, Senadores, Senador Valdir Raupp, a contribuir para que essa lei fosse aprovada. Vamos aqui encerrar essa discussão. Uma proposta – o nosso Procurador do Trabalho está aqui e vai falar; já conversamos aqui com o Ministério do Trabalho, através das suas superintendências – é fazer a conciliação e a fusão, como já fizemos na terra do Ministro. Estamos fazendo, sim, e vamos continuar fazendo, porque essa é a nossa atribuição institucional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sr. Ministro, eu acredito que encontramos o caminho. Vai atender exatamente o que estabelece as regras do Ministério do Trabalho. Há essa vontade por parte da Confederação Nacional dos Pescadores e a conscientização de todas as federações, Ministro.

Então, antes de V. Ex^a se retirar e responder, logicamente, por um minuto, ao que disse o Presidente da Confederação, eu queria agradecer a V. Ex^a pela presença e, ao mesmo tempo, pela sensibilidade. Eu nunca duvidei – conversava com o Acir –, eu tinha certeza absoluta de que, nesta audiência, encontraríamos os caminhos para resolver o impasse, que ainda não existia, mas poderia ser objeto de dificuldade mais à frente.



Então, V. Ex^a tem a palavra para as suas considerações finais, logicamente com a sua despedida, respondendo ao que disse o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Perfeitamente, Presidente.

Aqui, mais uma vez, reafirmo, inclusive, que a nossa presença aqui, nesta audiência pública, reforça justamente o nosso compromisso, que deixamos muito claro quando éramos Deputados, na Câmara Federal, e trabalhamos em conjunto com a Confederação Nacional dos Pescadores e outras representações de pescadores para aprovar tantas leis que foram importantes para o reconhecimento e a valorização do pescador artesanal. E, agora, não vai ser diferente, Presidente.

O nosso desafio aqui era justamente tornar claras quais eram as dificuldades do Ministério do Trabalho em fazer a análise dos pedidos de registro sindical. O que nós discordamos, inicialmente, foi justamente que a portaria anterior não observava esse princípio muito importante de garantia. Nós sabemos que, muitas vezes, existe uma corrida pela questão do imposto sindical, e não me parecia justo, simplesmente, aquela colônia que chegou primeiro ter direito à representação sindical e ao imposto sindical, em prejuízo de todas as demais. Era fundamental que todas as colônias de determinado Município participassem daquele processo, tivessem conhecimento do processo que daria a representação sindical aos pescadores não de uma colônia, mas de todo o Município. Então, isso é fundamental.

Acertado isso, eu acho que hoje nós estamos diante de uma grande oportunidade... (*Palmas.*) ... do encontro do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do representante do Ministério Público do Trabalho, que tem dado grandes contribuições ao Ministério do Trabalho. Hoje, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho atuam juntos, irmados, em questões fundamentais, como a questão do combate ao trabalho escravo, como a questão do enfrentamento ao



trabalho infantil e também, justamente, no reconhecimento das representações sindicais.

Nesse sentido, não temos nenhuma dificuldade de assumir o compromisso de que, estabelecido um procedimento legal, que observa os princípios legais, que tem amparo na legislação vigente, que garanta, principalmente, o princípio da unicidade sindical nos Municípios, o Ministério do Trabalho vai voltar, prontamente, a fazer a análise dos registros. Também é importante que façamos a discussão sobre o questionamento que foi feito aqui – não me recordo bem por quem; se foi o representante da pesca ou se foi o próprio Presidente da Confederação – de como tratar os registros já concedidos. Talvez um caminho seja até as assembleias ratificadoras, que deem conhecimento a todas as colônias daquele processo de representação sindical e ratifiquem a representação sindical já concedida. Isso é importante.

Nós suspendemos os efeitos daquela portaria, mas não suspendemos as concessões de registros a colônias de pescadores que foram feitas na gestão anterior. É importante reforçar: aqueles registros estão concedidos.

E, talvez, Presidente, seja interessante, até para garantir a plena legitimidade, a plena representatividade, que – tenho certeza – é a marca da Confederação Nacional dos Pescadores, que haja assembleias ratificadoras, que garantam, ali, que todos os pescadores daquele Município vão estar representados.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Um aparte.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Pois não, Presidente, o senhor tem todo direito a um aparte.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – O problema é o seguinte: essas situações são isoladas. São muito poucas situações.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Sim.



O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Então, o que eu proporia ao senhor? Nesses casos isolados, formar uma equipe de trabalho da Secretaria de Assuntos Sindicais – são poucos casos; não são muitos. Faríamos uma coordenação, capitaneada pelo Ministério do Trabalho, com a presença do Ministério Público e da Confederação, e iríamos solucionar nos Estados – evidentemente, as superintendências do trabalho, Ministério Público Federal de cada região, com a federação de cada Estado – e fazer as fusões que já começamos no Rio de Janeiro. E os outros registros continuariam a ser analisados normalmente.

O que não podemos é parar o Brasil em razão de situações pontuais. Aí, eu queria propor isto aqui: o senhor baixar uma portaria – não sei qual é o procedimento de ordem legal –, participando à Confederação e ao Ministério Público, uma portaria nacional; e, nos Estados, as federações, junto com as superintendências e os ministérios públicos regionais do trabalho.

E, para os demais problemas dos Municípios, onde não há conflito, continuar normalmente o procedimento de análise pelo Ministério do Trabalho das cartas sindicais que estão lá. (*Palmas.*)

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Lincoln, sem prejuízo de observamos a legislação, tendo cuidado para não fazer uma indevida intervenção do Estado na organização sindical, o que nos é vedado pela Constituição Federal, eu não vejo prejuízo nenhum de que a gente proceda... (*Palmas.*) ... à volta das análises das cartas sindicais, sempre, sempre – faço questão de frisar isso – observando a legislação.

Então, o nosso desafio aqui hoje é justamente este: descobrir qual é o procedimento normativo, qual é o procedimento legal que temos de adotar para garantir a plena aplicação do art. 8º da Constituição Federal, que equipara, sim, as colônias às representações sindicais, mas que estabelece seja fundamental – e,



claro, isso aí, nós, que estamos aqui e organizamos o nosso ordenamento jurídico, sabemos – a observância da lei.

Então, não há prejuízo algum, desde que não haja indevida intromissão do Estado, através do Ministério do Trabalho, nas organizações sindicais e que seja observado o princípio, consagrado por todas as centrais sindicais e pela legislação brasileira, da unicidade sindical: um sindicato por Município por categoria.

Assim, resolvidos esses questionamentos que levantamos aqui, resolvidas essas dúvidas que existem, sim, na legislação, o Ministério do Trabalho vai prontamente voltar a fazer a análise dos pedidos de registro sindical. (*Palmas.*)

Então, dito isso, firmado esse compromisso não só com o Senado Federal, não só com a Câmara dos Deputados, mas principalmente com a representação dos pescadores... (*Palmas.*)... – lamento, vou ter de pedir licença realmente, porque temos esse compromisso assumido com a Presidente da República –, vou deixar aqui o nosso Secretário de Relações do Trabalho, que é o Dr. Manoel Messias, que vai estar pronto para avançar em relação a qual será esse instrumento legal adequado para conseguirmos ir adiante e voltar a conceder os registros sindicais a essas instituições centenárias e que muito contribuíram para a construção do nosso Brasil, que são as colônias de pescadores.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ministro, aproveito a oportunidade em que V. Ex^a se despede e vai a uma outra atividade da sua agenda para agradecer a sua presença. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal agradece a sensibilidade de V. Ex^a.

Daremos continuidade à audiência pública, porque há alguns oradores inscritos e ainda alguns outros palestrantes que irão se manifestar.

A ausência do Ministro não significa que acabou a audiência pública. Nós vamos continuar com a audiência, porque o Secretário de Trabalho, que



ficará no seu lugar, levará para o Ministro as conclusões a que chegaremos, aqui, dentro de mais alguns minutos ou horas.

Então, Ministro, muito obrigado a V. Ex^a e disponha da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,...

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... porque nós estaremos juntos para ajudar a encontrar os caminhos que solucionem as dificuldades por acaso criadas ou surgidas.

Mais uma vez, muito obrigado a V. Ex^a e que Deus o ilumine para continuar fazendo o bem, agindo em benefício dos trabalhadores do meu País.

O SR. CARLOS DAUDT BRIZOLA – Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Acir. Obrigado, Deputado Cleber Verde, e obrigado, acima de tudo, à representação dos pescadores e a todos os Parlamentares aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Dando continuidade à nossa audiência, eu pediria apenas um pouco de paciência aos oradores inscritos.

Nós daremos a palavra, agora, ao Subprocurador do Trabalho para fazer as suas considerações.

Com a palavra, S. S^a.

O SR. LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, o Senador Benedito de Lira, os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, as senhoras e os senhores representantes das colônias de pescadores, as senhoras e os senhores. Bom dia.

Agradeço a oportunidade dada ao Ministério Público do Trabalho de estar presente e de se manifestar sobre esse assunto.



Eu gostaria de dizer que nós temos acompanhado essa questão da regulamentação do art. 8º, parágrafo único, da Constituição Federal, ou seja, a concessão do *status* de entidade sindical às colônias de pescadores.

Desde a tramitação do projeto que resultou na Lei 11.699 e após a aprovação desse projeto, fizemos um trabalho em nível nacional, juntamente com a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, no sentido de adaptar os estatutos das colônias de pescadores à feição de entidades sindicais. Esse processo foi feito em todo o País e resultou no êxito dessa adaptação.

A respeito do assunto da nossa audiência pública hoje, o parecer da consultoria jurídica da Advocacia-Geral da União junto ao Ministério do Trabalho coloca diversos óbices quanto à concessão desse registro sindical às entidades das colônias de pescadores, mas me parece, pela fala do Ex^{mo} Sr. Ministro do Trabalho hoje, aqui, que, realmente, o impasse se situa na questão da unicidade sindical, ou seja, da existência de mais de uma colônia de pescadores em um mesmo Município.

Creio que esse impasse, esse óbice já teve, aqui, o encaminhamento: essa proposta do Presidente da Confederação de fazermos a fusão ou unificação das colônias de pescadores, para que exista apenas uma por Município.

O Ministério Público do Trabalho se coloca à disposição para orientar e fiscalizar esse procedimento em todos os Municípios em que se fizer necessário. Creio que, com isso, nós poderemos ter resolvido essa questão, esse impasse.

Não sei se o Sr. Secretário de Relações do Trabalho, aqui presente, teria outros óbices quanto a essa concessão de registro. Mas, se for apenas a questão da unicidade sindical, eu creio que a questão está, então, resolvida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que tem um compromisso daqui a pouco, na Comissão de Relações Exteriores.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Antes de V. Ex^a começar, eu gostaria de fazer o registro da presença do Deputado Márcio Marinho, do PRB, da Bahia; do Deputado George Hilton, do PRB e Líder do Partido; e cumprimentar o meu querido amigo Senador Antonio Carlos Valadares, que também se encontra presente nesta audiência.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar os representantes: do Ministro da Pesca, Átila Maia da Rocha; da Secretaria de Políticas da Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães; Sr. Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores; Deputado Cleber Verde, do Ministério Público do Trabalho; Elizeu Augusto de Brito; Manoel Messias, Eduardo Antunes Parmeggiani. Eu gostaria de saudar todos os pescadores, representantes das colônias de pescadores de todo o Brasil, inclusive aqueles que são do meu Estado de São Paulo, aqui presentes e colocar-me à disposição.

Avalio que esta reunião dos senhores e senhoras com o Ministério do Trabalho e da Pesca está chegando a um entendimento muito positivo para garantir a representação das colônias e das suas representações sindicais.

Eu gostaria, Presidente, Senador Benedito de Lira, diante da preocupação causada pela reportagem do Fantástico e da *Veja* relativamente à questão dos abatedores de carne, de solidarizar-me a V. Ex^a, no sentido de assinar também o requerimento que vai apresentar para convidar a vir aqui o



representante do Ministério da Agricultura responsável pela inspeção da produção animal no Brasil.

E eu gostaria, relativamente aos pescadores, de informar, em especial ao representante do Ministro Marcelo Crivella, que os pescadores de todo o litoral norte gostariam muito de marcar audiência com S. Ex^a. Em princípio, o Ministro Marcelo Crivella já definiu que vai realizar uma audiência ali, na região de Ubatuba, possivelmente na vila de pescadores, uma das últimas típicas que existem – é até uma vila muito bonita, onde há cerca de 400 habitantes, famílias de pescadores –, em Picinguaba, para ter um diálogo com todos os pescadores das colônias do litoral norte de São Paulo. O Ministro se comprometeu a marcar uma visita lá, e eu quero estar presente para ajudar no diálogo, para falar de todos os problemas da pesca, de barcos, de alguns que vêm de muito longe e que preocupam os pescadores artesanais ali. Então, quero saudá-los todos.

Peço licença, porque preciso agora ser o Relator de matéria na Comissão de Relações Exteriores.

Meus cumprimentos, e que possa o objetivo de reconhecimento das colônias de pescadores e de todos os sindicatos de todo o Brasil ser atingido, como está se firmando aqui acordo nessa direção.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

Queria dizer ao eminente Senador Inácio Arruda que V. Ex^a está inscrito, daqui a pouco lhe dou a palavra. Esta audiência pública, sem a palavra de V. Ex^a, não tem sentido. (*Palmas.*)

Para encerrar o ciclo de debatedores, concedo a palavra ao último convidado por nós, Sr. Elizeu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca.

Com a palavra, o Sr. Elizeu Augusto de Brito, por favor.



Senador Valdir Raupp, em dois minutos, concedo a palavra a V. Ex^a, que foi subscritor do requerimento.

Esta audiência não obedeceu a determinados critérios pela importância que ela tinha, e V. Ex^a deve encerrar, não poderia começar logo cedo, senão vai embora.

Com a palavra, o Sr. Elizeu Augusto, por favor.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Bom dia a todos! Bom dia, Srs. Senadores! Bom dia, amigo Abraão! Cumprimento todos os colegas pescadores.

Gostaria de externar, aqui, o seguinte: na qualidade de representante dos engenheiros de pesca do Brasil, que é aquele pescador de nível superior, estamos militando nessa atividade há 40 anos. Eu, pelo menos, sou da segunda turma de Engenharia de Pesca de Pernambuco. Temos colegas aqui – o Clemerson e outros estão aqui – para dizer o seguinte: concordamos plenamente com a proposta feita. E quero dizer mais uma coisa: é simples a questão. Quando se trata muito de unicidade – houve algum fator, acredito eu, que fez com que essa portaria fosse lançada –, no momento em que se trata de unicidade, deve-se começar ouvindo aquela parte interessada e, até onde tenho conhecimento, isso não foi feito, ela não foi ouvida. (*Palmas.*). Até porque, quando começamos a tratar desse assunto, todos que fazem a Confederação Nacional dos Pescadores, nós discutimos, como Federação de Engenheiros de Pesca, a necessidade de se unificar, principalmente, a base.

A grande luta da nossa federação, da Confederação dos Pescadores, é que essa base tenha realmente unicidade. Mas todo mal traz um bem: a Portaria saiu e fez com que, hoje, tivéssemos este grande dia, com a presença de Ministros, Deputados, Senadores, com a presença do representante do Ministério do Trabalho, principalmente, para que a coisa tomasse uma amplitude e, também, mostrasse a pujança que é o setor pesqueiro deste País,



principalmente, aqueles que fazem a pesca artesanal. São pescadores profissionais, beneficiados com a pesca artesanal.

Quero dizer que a participação do Governo, como a confederação está se abrindo para ter o acompanhamento, não será nunca intromissão na unicidade. E também, deixar claro que nós, como federação, nos colocamos à disposição do Ministério e de todas as autoridades dos pescadores, para participar dessa reorganização naqueles casos pontuais que existem. Então precisamos dizer o seguinte: que é simples, basta se fazer uma retificação da portaria que está aí, e o processo todo continua sem prejudicar ninguém, e, onde houver algum caso que possa ser resolvido, esta Comissão – nos colocamos à disposição – terá resolvido.

Gostaria só de informar aos senhores que finalmente a Engenharia de Pesca chegou a São Paulo e eu, neste País, pensei que já tivesse visto tudo. Eu não vi tudo, acho que não vi ainda quase nada, porque, chegando a um Estado do porte de São Paulo, onde a Unesp, no *campus* de registro, iniciou, ontem, as aulas do curso de Engenharia de Pesca de São Paulo, sendo o primeiro, encontramos lá laboratórios enormes, laboratórios para produzir aquilo que o pescador deseja, que é animais para se fazer o repeixamento, inclusive das águas oceânicas, um laboratório voltado para a aquicultura marinha, encontramos uma navegação chamada barco escola para treinar pescadores. Agora, o que doeu um pouco e que continuaria doendo muito se não houvesse pessoas interessadas em botar aquilo para funcionar é que tudo isso, de certa forma, está abandonado, encostado. E é uma navegação que pode resolver um problema que é ajudar a qualificar os pescadores artesanais, principalmente deste País.

Então, esse é um setor em que, para se desenvolver, sabíamos que haveria essa luta. O dia da luta chegou, e a luta continuará para que o setor seja grande e sempre venha a crescer. Afora isso, os filhos dos pescadores hoje estão tendo o direito de ser técnicos na área de pesca e aquicultura.



Então, nós temos, dentro dos próximos cinco a dez anos pelo menos, uma revolução, sim, tirando o País desse caos que é ser rotulado e diplomado como o maior importador de peixe da América do Sul, em muitos casos concorrendo com outros países que não têm nem a metade do que nós temos como o maior importador de pescado do mundo. Nós precisamos, sim, ser o maior exportador de pescado do mundo.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Sr. Elizeu Augusto pelas suas manifestações.

Dando sequência, agora, concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Valdir Raupp, que também foi um dos subscritores do requerimento que propôs esta audiência pública. Com a palavra S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Benedito de Lira, grande Presidente que substitui outro grande Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, que fica como Vice-Presidente desta Comissão, que está muito bem representada, muito bem conduzida com o Presidente Benedito de Lira e o Vice-Presidente Acir Gurgacz; quero cumprimentar ainda, mesmo na ausência, porque teve que se retirar, o Ministro Brizola Neto, Ministro do Trabalho; cumprimentar o representante do Ministro Garibaldi Alves – também é um defensor incansável da pesca brasileira o Ministro Garibaldi Alves –, da Previdência Social, representado pelo Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social; cumprimentar o Átila Maia da Rocha, que representa, neste momento, o Ministério da Agricultura e Pesca, na pessoa do Senador Marcelo Crivella, que, no início, ele mesmo foi humilde, como sempre, dizendo que não sabia colocar uma minhoca no anzol, mas hoje é um defensor intransigente, um apaixonado pela pesca, pela aquicultura e pesca brasileira; cumprimentar o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, o Abraão Lincoln – com esse nome, ele



pode se eleger a qualquer coisa no Brasil –; cumprimentar o Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura; cumprimentar o Dr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; cumprimentar o Elizeu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca; cumprimentar os Senadores presentes, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, as Sras e os Srs. Deputados Federais; em nome do Hélio Braga, Presidente da Federação de Pescadores de Rondônia, meu Estado, quero cumprimentar todos os representantes de colônias, de federações de pescadores de todo o Brasil aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores.

Quero dizer da nossa alegria de estar aqui, porque eu, quando muito pequeno ainda, no Estado de Santa Catarina – nasci no sul de Santa Catarina, muito próximo do mar e próximo também de grandes rios –, como meu pai era pescador, naquela época não profissional, todas as semanas ele pescava e muitas vezes eu o acompanhava até o rio ou até o mar, porque o meu Município, onde eu nasci, São João do Sul, chegava até o mar, perto de Torres, lá no Rio Grande do Sul, e o meu pai ajudava a sustentar a família ou com produtos da agricultura, da roça, da pecuária, mas muitas vezes com produtos da pesca.

Então a pesca é uma profissão digna, nobre, uma das mais antigas do mundo. Pedro já pescava, depois virou pescador de almas, mas era um profissional da pesca, na época de Jesus Cristo. Então essa é uma profissão muito digna.

Eu fui o relator, aqui no Senado Federal, da Lei da Pesca, e nós não podemos negar que, nos últimos dez, doze anos, esse segmento avançou muito, no governo do Presidente Lula e agora no Governo da Presidente Dilma, com a criação do Ministério da Pesca, com a valorização dessa atividade tão nobre em todo o Brasil. Então muitos avanços aconteceram, e vai continuar avançando. Acho que está muito claro que há vontade política do Governo, que há vontade



política do Congresso Nacional, do Senado, da Câmara dos Deputados. Nós demos a demonstração disso quando criamos o Ministério da Pesca. Dizem que hoje há ministérios demais, mas eu acho que o Ministério da Pesca é um ministério que está cumprindo a sua função, está cumprindo o seu papel na ajuda aos pescadores. (*Palmas.*)

Então no que depender do meu Partido, o PMDB, que preside hoje o Senado Federal e também a Câmara dos Deputados, e de mim, que sou o Presidente nacional do Partido em exercício – o nosso Vice-Presidente da República, Michel Temer, também é um defensor, um entusiasta da pesca no Brasil –, vocês podem contar com a gente, aqui no Senado Federal, na Câmara Federal, no Governo, onde a gente estiver, para colaborar e para ajudar.

E quanto a esse impasse que foi gerado, o Ministro Brizola já deu sinais de flexibilização na área do Ministério, eu acho que é possível resolver. Sou muito simpático a um ditado que diz o seguinte: no final vai dar tudo certo; se não deu certo ainda, é porque não chegou ao final. E isso, com certeza, vai dar certo também. Contem com a gente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero cumprimentar S. Ex^a, o Sr. Senador Valdir Raupp. Eu imaginava que ele fosse passar uns 30 minutos falando, mas foi de uma economia extraordinária.

Eu queria registrar a presença e cumprimentar a S. Ex^a, a Sr^a Deputada Elcione Barbalho, Deputada Federal do PMDB, do Pará.

Chamo o último orador inscrito para o debate nesta audiência pública, e não poderia ser diferente, pelo que ele representa, na representação do Nordeste brasileiro nesta Casa, no Senado Federal, de um dos mais prósperos Estados do Nordeste. Eu tinha dito a ele, na semana passada, que precisávamos ter muito cuidado, porque já existe uma grande divergência entre regiões, e não podemos ter divergência entre Estados. Mas eu queria cumprimentar o Senador



Inácio Arruda, e ao mesmo tempo em que o cumprimento, eu concedo a palavra a V. Ex^a para as suas manifestações a respeito desta audiência pública.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, como último orador. Depois darei a palavra ao Secretário Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho e, no final, daremos a palavra ainda aos palestrantes, por três minutos, para suas considerações finais.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, um bom dia a todos e a todas. Bom dia, pessoal! (*Manifestação da plateia: “Bom dia!”*)

Vamos ficar espertos. Acho que houve conquistas. Vocês vejam o papel do Congresso Nacional, de suas comissões: nosso Senador Benedito de Lira presidindo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; nosso Deputado Cleber Verde comandando uma frente parlamentar que trata desta questão-chave da produção brasileira, que é a pesca. E não há pesca sem pescador.

Eu, como um pescador de sossego, perguntei aqui para o nosso Presidente se ele conhecia sossego, e o Presidente disse: “Não, não conheço, não.” É um camarãozinho miudinho. Quando começa a bater o sereno, o sossego aparece, e a gente pesca o bichinho de landuá. Ele não estava sabendo. E um piauzinho puxado no anzol? Ele disse: “Isso aí eu conheço.” Porque essa pesca nós fizemos muito nos riachos e açudes ali da região metropolitana de Fortaleza, onde em todas as épocas cai um serenozinho.

O nosso problema é naquele grande sertão, que tem um Castanhão com 6,8 bilhões de metros cúbicos de água, onde se cria pirarucu. Só a produção do Castanhão triplicou toda a produção de pescado do Estado do Ceará. Veja o espaço que se tem para pesca no Brasil.

E se tem espaço para a pesca, criou-se um ministério, porque era importante. Não pode um País com esse litoral desse tamanho, com rios que criam bacias gigantescas como é a bacia de Belém... Naquela região onde nasce



Belém, há uma grande bacia, um encontro de vários rios gigantescos com potencial de pesca extraordinário, pesca continental, onde estão nossos grandes rios: Paraná, Paraguai, Amazonas, Tocantins e, imaginem, o Araguaia, rios fabulosos para pesca, e o São Francisco inteiro, com vários barramentos, com condições de produção. São várias barragens no interior do Nordeste brasileiro para garantir a água para beber. E mais a pesca, a produção de pescado para alimentar o povo da nossa região Nordeste brasileiro. (Palmas)

E se cria um ministério que abre o espaço, como nos disse aqui o secretário, para a pesquisa, a ciência – criar pirarucu em cativeiro é ciência, ciência do povo brasileiro. A lagosta nós estamos estudando, o seringado nós estamos estudando lá no Laboratório de Ciências do Mar, na cidade de Fortaleza, para garantir mais pescado, mais peixe cultivado pelo nosso pescador do litoral nordestino. Então esse é o potencial da riqueza.

Agora, não se tem esse potencial sem as mãos dos pescadores, sem a sua organização, sem a sua estruturação. E digamos que, em última instância, as coisas são conquistadas com luta. Quer dizer, sem luta não alcançamos as vitórias que nós consideramos importantes.

As colônias foram reconhecidas, são muito respeitadas. No meu Estado, há a corrida de jangada e quem organiza são as colônias de pescadores. São queridas e respeitadas não só pela sua bravura de pescadores do mar, dos jangadeiros do mar, mas pela capacidade de produzir. Saíram arrastando jangadas do Ceará até o Rio de Janeiro, levando pescador do Rio Grande do Norte e Pernambuco, numa grande missão, à época, para o reconhecimento. São muito respeitadas.

Eu vejo, Abraão, que parece que aconteceu um mal entendido, mas um mal entendido que poderia causar prejuízos à organização dos trabalhadores que queriam reivindicar os seus direitos. Esse mal entendido, pela sua palavra aqui na nossa mesa, de homem que honra a tradição não só política, porque não



é um problema de DNA, é um problema de política do seu avô, o nosso Brizola Neto, honrando essa tradição política – não é problema de DNA, porque isso não se transfere por DNA; é política – disse: “Vou honrar essa tradição.” Nada que fira o direito dos que trabalham e produzem a riqueza no nosso País... Se há mal entendido, se há portaria equivocada, está liquidada, está resolvido o assunto.

Acho que esta é uma conquista que vocês levam desse trabalho: a mediação do Congresso Nacional, a mediação do Ministério Público no sentido de ajudar e contribuir na organização social dos trabalhadores da pesca no Brasil. Acho que as colônias avançam, dão um passo adiante no processo de organização do nosso País.

No meu Estado, vocês são muito importantes, aqui no Estado de que eu sou quase conterrâneo, porque meu avô é de Currais Novos, minha avó é de Caicó e minha mãe, de Mossoró. Também sou conterrâneo aqui do Abraão. Nesse canto, pescador é muito querido e muito respeitado; e no Brasil inteiro. Se você for ao Rio Grande do Sul, verá que é a mesma coisa. Se descer pelos rios do Pará, não há o que discutir; e no Amazonas, nem pensar.

Então eu acho que a gente deve tratar...

Neste Centro-Oeste que não existia até o Juscelino ter coragem de enfrentar toda a grande mídia nacional, porque fez isto: enfrentou toda a grande mídia nacional e colocou a Capital aqui e o Centro-Oeste passou a existir para o Brasil – antes era só o litoral, agora também existe também o Centro-Oeste –, se descobriu que havia rios, havia peixes, havia potencial para produzir. O Cerrado, que diziam que não produzia nada, é o maior celeiro de produção de grãos do mundo. E esses grãos nos ajudam a cultivar peixe lá no Ceará. Imaginem como são as coisas!

Então, companheiros, um abraço. Vocês contem com o PCdoB, com um Partido comunista, um Partido dos comunistas, um Partido dos comuns.



Nós vamos continuar esperando aqui. Mais três minutos para um lado, três minutos para outro não é problema. Aqui há uma esquizofrenia senatorial: dez reuniões simultâneas. E, como tudo é televisionado, o cara quer aparecer em todas. Em umas reuniões, é obrigado, porque é membro. Se faltar, o presidente da comissão diz: "O Senador não está presente, o relator do processo faltou." E o sujeito que está ouvindo isso no Ceará diz: "Cadê o Inácio Arruda, que não está relatando o processo e que foi chamado agora?" Daqui a pouco, haverá reunião da Comissão de Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Desenvolvimento Regional, de que tanto eu como o nosso colega que preside a Comissão de Agricultura somos membros também, outra missão árdua, para discutir temas de interesse dos Estados, como FPE e ICMS, que vão mexer com a estrutura de recursos dos Estados da Federação brasileira, e vamos estar presentes. Por enquanto, estamos aqui.

Um abraço. Contem conosco! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer a manifestação do Senador Inácio Arruda.

Eu havia anunciado que seria o último orador inscrito, mas vou abrir uma concessão toda especial, por merecer esse crédito, à Deputada Elcione Barbalho, que pediu para fazer as suas manifestações. (*Palmas.*)

Eu lhe concedo a palavra. V. Ex^a terá cinco minutos para fazer as suas manifestações. Com a palavra, a Deputada Elcione Barbalho.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Sr. Presidente, por abrir esta exceção, mas quero pedir, de antemão, minhas desculpas aos companheiros. Eu estava fazendo um pronunciamento na Câmara. É uma luta muito grande, é um corre-corre que vivemos a semana toda nesta Casa. Mas vim para prestar a minha solidariedade e



dizer, com muita alegria, desse recuo, dessa questão do diálogo que foi aberto com o Ministro Brizola. Isso me preocupou bastante.

Somente ontem, à noite, na saída da sessão, tomei conhecimento de que haveria este evento aqui, mas não poderia jamais me ausentar, até mesmo porque estou falando aqui não só representando o meu Pará, mas todo o meu Brasil, onde a pesca é fator de economia, é geração de emprego, é muito importante. (*Palmas.*) Precisamos, cada vez mais, incrementá-la.

Eu quero, neste momento, Senador Benedito, parabenizá-lo pela iniciativa. Quero cumprimentar o querido Presidente do meu Partido, Senador Raupp; o meu querido amigo Inácio Arruda; o Senador Acir Gurgacz; o companheiro Cleber Verde, que faz parte da nossa Câmara Federal; demais autoridades que fazem parte da Mesa; também o Abraão Lincoln, da Confederação, que tomou essa iniciativa também, que abraçou a causa mais do que justa; e também o Orlando Lobato.

Quero parabenizar as 13 delegações aqui presentes, as 13 colônias que também vieram fazer parte dessa grande frente e lutar pelos seus direitos. Parabéns! Contem comigo! Contem, com certeza, não só com o meu partido, mas também com todos os grupos de Deputados e Senadores que fazem parte deste Congresso Nacional. Sejam bem-vindos! Que consigamos levar essa luta firme e forte à frente.

Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

Pela ordem, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Presidente da Comissão da Agricultura, por esta brilhante audiência pública; cumprimentar o nosso Presidente da Confederação, Abraão Lincoln, e os nossos convidados; agradecer pela presença aos nobres Senadores e Deputados



Federais e, especialmente, aos pescadores brasileiros, que estão aqui para defender a sua causa. A presença de vocês aqui demonstra exatamente a preocupação e a responsabilidade que têm com os pescadores que ficaram nas suas cidades. Portanto, meus cumprimentos a todos vocês.

Eu entendo que esta audiência pública foi muito importante. O Ministério do Trabalho já sinalizou para o entendimento. Era exatamente isso que estávamos esperando como resultado desta audiência pública.

Portanto, meus cumprimentos a todos os pescadores. Podem ter certeza de que estaremos sempre aqui no Senado defendendo os interesses dos senhores, especialmente os dos nossos pescadores do Estado de Rondônia.

Um abraço a todos. E sejam sempre bem-vindos ao Senado.
(*Palmas.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz.

Ao se retirar desta audiência pública, o Ministro do Trabalho deixou como seu representante o Sr. Manoel Messias, Secretário de Relações do Trabalho. Gostaria de dizer a todos vocês que aqui se encontram que tive uma surpresa agradável. O Sr. Manoel será o operário junto ao Ministério do Trabalho para este encontro de soluções, e ficou praticamente definido aqui o compromisso do Ministro com a federação, tendo a participação do Ministério Público do Trabalho. Eu dizia ao Manoel que esta manhã de hoje foi maravilhosa. Vejam como é importante a mobilização dos segmentos de trabalhadores do Brasil.

Queria cumprimentá-los, cumprimentar a todos os representantes das confederações, da federação, das colônias, por esse comportamento exemplar que tiveram aqui, uma demonstração inequívoca de que as coisas são feitas com responsabilidade. A TV Senado mostrou para o Brasil como se



reivindica sem baderna, sem agressão, sem fazer com que as pessoas fiquem intimidadas, no diálogo.

Assim, queria cumprimentá-lo, Lincoln, pela gestão que desenvolve à frente da Confederação Nacional.

Falei da minha alegria e minha surpresa: é que o Manoel, além de ser a autoridade que é no Ministério do Trabalho, também é conterrâneo, um homem do alto sertão do meu Estado, da cidade de Santana do Ipanema. Manoel, que coisa maravilhosa! Como vocês são sortudos, vocês que representam os pescadores!

Disse aqui que estou muito feliz por essa descoberta, por essa identificação. Tenho certeza absoluta, Presidente, que vocês vieram pisando com o pé direito e agradecendo a Deus por terem chegado a Brasília e saírem daqui...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o direito e com o esquerdo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O que é isso, Inácio?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, só para abrillantar o seu discurso, queria lhe dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois não.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Temos pessoas aqui que andaram cinco dias de barco até Manaus, lá da calha do Solimões, para vir aqui assistir a esta audiência feita pela sua Comissão, pela Comissão de Agricultura e Pesca. Tem gente aqui do Oiapoque, do Rio Grande, de Corumbá, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Alagoas também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Exatamente.



Eu darei a palavra agora ao Secretário Nacional de Relações do Trabalho, Sr. Manoel Messias, que, nesta oportunidade, representa o Ministro Brizola Neto.

Depois de ouvir as manifestações das pessoas que lhe antecederam, logicamente fará um resumo do que haverá de acontecer, de hoje para amanhã, no Ministério do Trabalho com relação a essa portaria que foi editada em dezembro próximo passado, que criou essa preocupação junto às colônias de pescadores de todo o Brasil.

V. S^a tem a palavra para as suas considerações.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Obrigado, Senador.

Em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer estar participando de uma comissão do Senado Federal presidida por um alagoano. Nossa pequeno, mas valoroso Estado tem contribuído enormemente para a democracia do País.

Queria cumprimentar os demais Senadores subscritores desse requerimento: Acir Gurgacz e os demais Senadores; o representante do Ministério da Previdência, Leonardo Guimarães; o representante do Ministério de Pesca e Agricultura, Átila Maia; o Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e da Agricultura; o representante do Ministério Público do Trabalho, Eduardo Antunes; o Sr. Elizeu Augusto, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca; e o Abraão Lincoln, Presidente da Confederação. E em nome do Abraão Lincoln, cumprimento todos os pescadores e pescadoras aqui presentes. Cumprimento os Deputados e demais autoridades presentes.

O Ministro do Trabalho já expressou a orientação com a qual vamos trabalhar. Eu queria apenas acrescentar algumas informações que são importantes para nós construirmos uma solução na linha que o Ministro tem orientado. Primeiro, temos dialogado, ao longo desses meses, desde que o



Ministro assumiu o Ministério, por diversas vezes, com representantes da colônia de pescadores e fomos mostrando, ao longo de nossas conversas, as dificuldades que estávamos encontrando. Então, quando fomos obrigados a revogar a portaria, naquele momento, foi em função da situação que se apresentava de os instrumentos legais normativos existentes não estarem encontrando solução para os problemas que tínhamos que enfrentar no processo de registro. E que problemas são esses? É importante ficar claro. Há um vazio, do ponto de vista legal ou normativo – podemos encontrar uma solução administrativa, que será mais rápida –, em relação a alguns aspectos para os quais precisamos encontrar a solução.

O primeiro é o registro sindical. O Ministério do Trabalho faz registro sindical, porque o Supremo Tribunal Federal disse que o Ministério do Trabalho deveria fazê-lo enquanto não tivesse uma lei que dissesse onde se registra sindicato. Então, registramos sindicato porque o Supremo determinou que nós registrássemos enquanto uma lei não determinasse. A lei da colônia de pescadores não fala no registro sindical. Temos que encontrar uma solução para essa questão.

A segunda questão. A lei não trata, como o Ministro muito brilhantemente expressou aqui, da forma para resolver o problema de conflito de unicidade sindical, porque a Constituição fala em Município e as colônias são organizadas por zona. Então, temos que ter uma forma, e aqui se colocaram algumas alternativas interessantes, de resolver eventuais conflitos sindicais, conflitos de unicidade sindical. Ressalve-se: conflitos de unicidade sindical que já estão dentro do Ministério. Fomos obrigados a parar o processo, porque se apresentaram conflitos em relação à unicidade sindical, e não tínhamos instrumentos para resolver esses conflitos.

Terceiro aspecto. Precisamos claramente definir, e a lei e a norma não resolvem o problema completamente, o problema da contribuição sindical.



São três questões para as quais temos de encontrar formas, normas ou leis que deem parâmetros à ação do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho não pode dizer se uma colônia é mais legítima do que outra. O Ministério do Trabalho não pode dizer para as colônias de pescadores: “Juntem-se em uma só.” Não pode uma norma, uma portaria dizer: “Juntem-se em uma só.” O Ministério do Trabalho está proibido de fazer isso. E o Supremo tem, reiteradas vezes, quando nos manifestamos muitas vezes com relação ao fato, dito: “Vocês não podem interferir na organização sindical”. Então, temos questões que não podemos fazer. E precisamos ter normas, precisamos ter regras para conceder o registro de uma colônia ou outra. São os três aspectos que vamos enfrentar.

Temos 230 colônias com registro no Cadastro Especial de Colônia de Pescadores, não no cadastro de entidades sindicais, 13 federações e a confederação, e 291 processos. Ou seja, com apenas 230 colônias, já enfrentamos inúmeros problemas de conflitos.

Se continuássemos trabalhando sem resolver esses problemas, o que encontrariamos ao ter que trabalhar? Por isto tivemos de dar um freio de arrumação: para encontrar uma saída legal para nossos procedimentos. Ressalve-se: o Ministério do Trabalho e Emprego existe, em função de o País ter se modernizado, avançado, para construir direitos dos trabalhadores. E os direitos dos trabalhadores no Brasil, infelizmente, não foram instituídos para todos, num primeiro momento. Quando se instituiu a CLT, ficaram de fora segmentos importantíssimos da organização dos trabalhadores. Lembrem-se de que a CLT, à época em que foi instituída, não abrangia os trabalhadores rurais – só depois se incorporaram os direitos dos trabalhadores rurais –, não abrangia, como até hoje não abrange, as trabalhadoras domésticas. Os direitos do trabalho ainda não abrangem todas as categorias. Por isso, é importante a organização dos senhores e é importantíssimo o reconhecimento que o País fez à atividade da pesca ao longo dos últimos anos, tornando-a, de fato, uma atividade importante para a



economia do País e para a vida de todos vocês. É importante esse reconhecimento e é muito importante a luta de vocês para que isso se constitua como direito e não como política de um governo. Esse é um fato importante. É claro que isso requer organizações de classe, organização representativa dos pescadores, para que isso esse direito se constitua e se possa lutar por mais direitos.

Então, um ato positivo do Ministério do Trabalho é a absoluta consciência do caráter histórico das colônias de pescadores. E nos interessa resolver esse problema, encontrando, definindo normas que possamos seguir para proceder ao registro. Lembrem-se: o Ministério do Trabalho só pode fazer aquilo que a lei determina ou aquilo que tem embasamento legal para ser feito. Nós não podemos legislar. Esse é um ponto concreto.

Por esses aspectos, Senador, eu quero deixar na mão da Comissão, através do senhor, todo o entendimento do Ministério do Trabalho sobre esse tema, inclusive, de forma clara, detalhada, quais as dificuldades legais que nós encontramos, porque estamos convencidos de que, além de trabalharmos juntos com as colônias de pescadores, com o Ministério Público do Trabalho e com outras instituições, precisaremos contar com o apoio dos Senadores e Deputados para resolver alguns dos obstáculos. Para alguns obstáculos, talvez, se não encontrarmos uma solução administrativa, sejam necessárias alterações legais. Há determinadas questões que, talvez, tenham que ser resolvidas por questões legais.

Gostaria de concluir, dizendo que temos uma audiência pública amanhã. Quando revogamos a portaria, havíamos dito às representações das colônias de pescadores que faríamos uma audiência pública para ouvir as opiniões, para construir uma solução, ou seja, não a revogamos simplesmente. Nós a revogamos já nos comprometendo a criar um instrumento para construir uma solução para o problema. Por isso, vamos fazer essa audiência pública. Há



mais de 230 pessoas inscritas, inúmeras colônias, federações, entidades sindicais, centrais. Autoridades se comprometeram a participar da audiência pública, amanhã, que se realizará a partir das 10 horas, no auditório do DNIT, no Setor de Autarquias Norte. Além dessa grande contribuição que a Comissão de Agricultura do Senado nos dá – foi muito importante esta audiência –, queremos ouvir, formalmente, outras posições. Lá – e essa é a posição que vamos encaminhar amanhã – pretendemos constituir um grupo de trabalho para, de forma muito rápida, encontrar uma solução legal ou normativa para esses problemas, esses obstáculos apresentados.

Por isso, deixo ao Senador este documento. Está aí a visão da Secretaria de Relações do Trabalho, a nossa visão do jurídico, e o que achamos que deve ser resolvido para que possamos retomar, de forma mais rápida possível, o procedimento de reconhecimento das colônias de pescadores, se esse for o caminho que temos de seguir. Nós temos preocupação com isso.

Lembrem-se de que o Supremo, em algum momento em que tentamos normatizar a colônia de pescadores em relação ao acesso ao seguro defeso – tratava-se de um parecer da colônia de pescadores para que o pescador acessasse o seguro defeso – nos proibiu de fazer isso, dizendo que não poderíamos fazer nenhum movimento que exigisse filiação do pescador à colônia. No momento em que tentamos atuar nessa área, o Supremo disse: vocês não podem fazer determinados procedimentos. Então, nós temos que nos mover com cuidado, com segurança, para respeitar a legalidade para isso.

Obrigado pela oportunidade. O Ministério do Trabalho está comprometido com a busca de uma solução. Esta audiência foi fundamental, Senador, para que nós possamos construí-la. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Dr. Manoel.



Com a palavra o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu queria informar ao Ministério do Trabalho que as colônias não são zoneadas. Há um acordo internacional, histórico, milenar, de que cada país que tenha as embarcações...

Por exemplo, é uma questão de segurança do trabalho: um barco do Brasil na divisa com o Uruguai, um barco do Rio Grande do Sul, se naufragar ou acontecer qualquer coisa, a referência do z – no Brasil, a gente usa o z – é a referência caso encontrem uma tábua daquele barco, uma boia, qualquer coisa que refcrcie para a Marinha daquele país, o Uruguai, no caso, ou a Marinha brasileira, que aquele barco é brasileiro e é da região do Rio Grande do Sul.

O nosso zoneamento internacional é de segurança do trabalho da navegação. Lamentavelmente, a Marinha não está aqui para informar melhor. Mas isso ocorre porque, por exemplo, na Europa, onde os países são menores, Senador, acontece muito de um barco de um país vizinho naufragar e aparecerem pedaços dele em outras praias de outros países pequenos, na África. Então, esse zoneamento não tem nada a ver com a questão de ordem trabalhista, mas, sim, de segurança da navegação e da vida humana no mar.

É tanto que só é usada pela Marinha – o Senador que é do Ceará sabe disso –, aqui, nos Estados onde temos a questão do território marítimo e nos grandes rios, como Amazonas, Negro, e uma parte do São Francisco.

A questão do z – eu quero esclarecer aqui ao Senado e ao Ministério do Trabalho – não tem nada a ver com a questão da referência. É uma questão de navegabilidade. Portanto, isso não quer dizer que possa haver dez, vinte, cinquenta, cem ou mil colônias. Isso aí não tem nada a ver. Eu queria fazer essa reflexão com o Ministério do Trabalho. (*Palmas.*)



O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Se me permite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Manoel.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Quando eu falo a palavra “zona”, não estou tratando a questão da z, Abraão. É que, de fato, nós temos – é importante que vocês saibam, como já foi reconhecido aqui, infelizmente – em alguns Municípios, mais de uma colônia de pescadores, e isso gerou conflito dentro do Ministério.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Isso aí está resolvido já.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – É disso que estou falando. Então, não quero entrar na questão da utilização das zonas como referência. Não é essa a questão que está colocada. Primeiro.

Segundo, Senador, esqueci-me de fazer um comentário. Em todo o sertão de Alagoas, infelizmente, na minha cidade, não há colônia de pesca porque o meu rio é temporário, a esta altura está seco, há dois anos que não há água lá, então não há como ter colônia de pesca. É uma pena!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu vou conceder a palavra a Roquelina. Quem é Roquelina? Levante-se, por favor. A Roquelina é uma pescadora, e há outras. Ela é pescadora e, pela informação que tive, gostaria de recitar um poema. Ela é poetisa também. (*Palmas.*)

A SR^a ROQUELINA – Eu tenho que controlar a emoção. Bom dia a todos vocês. Eu quero agradecer muito a Deus por este momento maravilhoso, por esta coragem que temos, por esta alegria de sermos pescadores.

Eu gostaria de recitar um poema para vocês, de minha autoria. Deus me permitiu ser poetisa.

*Que os Mares.
A natureza é uma beleza sem igual.*



*Às vezes, até o mar se apresenta para nós em forma de estrada,
cheio de verde vida, que nos convida a lhe contemplar.
Quantas maravilhas neste mundo há!
Há oceanos e pequenos mares, onde os peixes têm seus lares.
Que maravilha são os mares, vistos do alto dos vales!
E o que será que dizem os navegadores,
em seus barcos à vela, sempre a velejar,
sob o vento suave e a brisa do mar?
Onde a natureza está sempre a ensinar,
é preciso entender que o mar é uma fonte de vida ajudando o homem a viver.
A natureza, esta maravilha, que nem todos conhecem o seu potencial de amor.
Te amo, natureza, em qualquer lugar que eu esteja.
Afinal, nós somos natureza.*

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Olha, eu queria, aproveitando o encerramento desta audiência, cumprimentar a Deputada Fátima Pelaes e o Deputado Lelo Coimbra.

Dando sequência, vou conceder a palavra ao Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas da Previdência Social.

Tem três minutos para as suas considerações finais.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Obrigado, Senador.

Eu acredito que esta audiência pública foi muito importante para avançarmos no encaminhamento da solução. Repito: na visão do Ministério da Previdência, não há nenhum problema em relação aos pescadores continuarem tendo acesso a todos os seus benefícios, e as colônias, independentemente de reestruturação ou não, continuam sendo entidade representativa para o Ministério da Previdência Social. (*Palmas.*)



Essa iniciativa de fazer a fusão das colônias em Municípios em que há mais de uma colônia, que foi deferida aqui, é importante para efeitos de fato da unicidade sindical. Acho que esse é um caminho. Na minha interpretação, inclusive, o art. 1º da Lei das Colônias já estabelece isso, na medida em que diz que se aplica o art. 8º da Constituição às colônias, e o inciso II fala justamente da questão da unicidade sindical em nível municipal.

Então, acredito que esse assunto está resolvido. É, agora, questão de implementação e, repito, o Direito Previdenciário independe da fusão, porém para o Ministério do Trabalho é necessário esse cumprimento.

Lembramos a importância que tem a Previdência para os pescadores, a importância, eu diria, para a garantia da sua sobrevivência em momentos de doença, na maternidade, na aposentadoria e como instrumento importante de proteção ao trabalho. Também, a importância do trabalhador, pescador, para o Ministério da Previdência.

As portas do Ministério da Previdência estão sempre abertas para todos, o Abraão sabe muito bem disso. Todas as demandas que o setor tem sempre serão bem recebidas, discutidas e analisadas pelo Ministério da Previdência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Sr. Leonardo José Rolim Guimarães, que representa, aqui, o Ministério da Previdência Social.

Eu concedo a palavra, por três minutos, ao Sr. Átila Maia da Rocha, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O SR. ÁTILA MAIA DA ROCHA – Sr. Presidente, senhoras e senhores, vou fazer um resumo bem rápido, uma síntese do entendimento que nós tivemos nesta manhã.



Primeiro, ficou claro, aqui, o prestígio do segmento, demonstrado por todas as pessoas que aqui estiveram e ainda estão, e, além disso, tivemos a participação, aqui, de três Ministérios e 27 Parlamentares.

Isso demonstra a força social e a força econômica dos pescadores na economia brasileira e na sociedade brasileira.

Segundo, concordo com o Senador Inácio Arruda. Está muito próximo de um pequeno erro de comunicação, lembrando que comunicação não é o que se escreve, não é o que se lê, não é o que se fala, mas, sim, o que se entende. E a Portaria nº 547, com certeza, causou um entendimento errado do que se pretendia. E isso ficou bastante confirmado em função do posicionamento do nosso Ministro Brizola Neto, que aquiesceu aqui ao pleito, a todas as colocações que foram feitas. Aproveito para fazer um apelo ao Abraão no sentido de agilizar a fusão das colônias, de forma que, em cada Município, tenhamos uma única representação, um único código. Com isso, tenho certeza de que esse problema será resolvido em definitivo.

Por último, agradeço a participação de todos por termos vivido aqui um momento importante. Em pleno Senado Federal, todos nós tivemos oportunidade de viver, de comprovar, que pequenas divergências não podem, em hipótese alguma, apagar as convergências. (*Palmas.*) E a grande convergência de todo o País no que se refere ao setor pesqueiro é de que o Brasil seja, no prazo mais curto possível, o maior produtor de peixe do mundo, e isso irá acontecer. Podemos discutir apenas o tempo, mas essa é uma evidência e não há como correr desta evidência.

Finalizando, não poderia deixar de cumprimentar o Abraão por esse movimento que fez, que está servindo de exemplo para todos os segmentos da sociedade brasileira de como se faz uma reivindicação que se resume basicamente nas iniciais de quatro palavras que vivemos durante este momento



aqui: articulação, sem articulação não se viabiliza nada; mobilização, que é o que estamos vendo aqui com todo mundo aqui; responsabilidade e organização.

Essas quatro palavras, em suas iniciais, significam amor, e é assim que o Abraão atua à frente da colônia dos pescadores, a Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP - AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Confederação dos Pescadores Sr. Abraão Lincoln Ferreira.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador Benedito Lira, Senadores aqui presentes, como não enxergo direito – todo mundo sabe disso – peço para que todos se sintam nominados, Deputados e autoridades aqui presentes.

Mais uma vez esse Congresso faz história. Como falei no início, são os técnicos que estão aqui e hoje são grandes autoridades, como o Secretário Nacional de Previdência, Leonardo Rolim; Brigadeiro Átila Maia, companheiro da Comissão de Agricultura; Rogério e, como não enxergo direito, não vou dizer tantos outros para não cometer injustiça, os que construíram de 88 até há três anos, a legalidade do setor pesqueiro brasileiro.

Meus amigos, meu procurador, depois da lei ser aprovada nesta Casa, nas duas Casas, depois de o Presidente Lula ter sancionado, precisamos, Senador Benedito Lira, recorrer ao Ministério Público do Trabalho porque forças ocultas não desejavam que os pescadores brasileiros tivessem carta sindical e registro (*Palmas.*)

Senador Benedito Lira, vou lhe dar um número porque fiz questão de contar – e muitos Senadores e Deputados que estão aqui se lembram muito bem disso –: nós fomos a 35 audiências no Ministério do Trabalho. Imaginem essa ruma de homens e mulheres que saem da calha do Solimões, do Oiapoque, do



Chuí, de Corumbá. Tem presidente de colônia que está com o filho no braço! E se não fosse o Ministério Público do Trabalho ajudar esta categoria, que, na visão de muitos, é uma categoria de indigentes que não merecia ter registro, mesmo havendo colônias bicentenárias e uma confederação com 92 anos de idade... Ainda existe gente que quer que esta categoria seja como muitas pessoas que nascem e morrem sem direito de serem registradas.

Presidente Benedito de Lira, vou lhe dizer uma coisa de que o senhor não tem conhecimento: do meio desta categoria já saiu um Presidente da República, o Presidente Café Filho, pescador e catador de caranguejo e fundador da Colônia Z-4, de Natal. Nos manuscritos da colônia está a sua caligrafia. Portanto, o primeiro trabalhador a ser Presidente do Brasil foi um pescador, catador de caranguejo. (*Palmas.*)

Eu não sei por que muitos tentam esconder isso, Senador Benedito de Lira. Pois eu tenho andado por este País todo, Senador Valdir Raupp, mostrando ao povo que pescador também é gente. E nós mostramos sabe como? Vindo para cá, pedir o apoio desta Casa. Mas não pedimos nenhum real, nenhum prato de comida ou um lugar para dormir. (*Palmas.*)

O que o Congresso Nacional tem feito pelos pescadores é abrir suas portas e escutar o seu clamor pela legalidade e não para pedir esmola. Nós estamos aqui, Senador. Quando terminar esta audiência, nós vamos embora, por uma única razão: há três dias estamos aqui em Brasília, sem pedir nada a ninguém, nem no Ministério da Pesca, que é a nossa casa, nem aos Senadores, nem aos Deputados e nem a ninguém. Nós estamos com dificuldade, e é por isso que eu queria pedir aqui ao meu Secretário do Ministério do Trabalho, nosso conterrâneo nordestino, que sabe do que estou falando. Muitas colônias aqui são do sertão, onde nem água mais existe, inclusive na sua terra, Senador Benedito, que é a terra dele. Ninguém sequer pode se considerar mais pescador porque, não havendo água, não há peixe.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É verdade.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Mas eu queria fazer um apelo. Noventa por cento das pessoas que estão inscritas na audiência de amanhã, com certeza, são o nosso povo. E não temos condições de continuar aqui até amanhã, pelo cansaço econômico, e não queremos quebrar uma tradição nossa de não pedir nada a ninguém. Queríamos aqui pedir o apoio inclusive do Ministério Público, dos Senadores, do meu Secretário do Ministério do Trabalho, que permitam que nosso povo volte para casa porque nossas dificuldades já estão grandes e não temos condições de permanecer aqui. *(Palmas.)*

Eu tenho um companheiro aqui, que falou comigo agora, o Barroso ali, que gasta cinco dias de barco para vir descendo, e sete dias para subir, lá na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Se o vento ajudar, não é?

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRADA CRUZ – Se o vento ajudar, daqui a sete dias ele chega em casa. Sai hoje, porque daqui para Manaus ele vai de avião.

Então, eu queria pedir a todos que compreendam as nossas vidas, porque nós nunca viremos aqui para pedir um real ou um prato de comida. *(Palmas.)*

Agradeço aos Senadores, agradeço aos Deputados, ao Ministro Brizola, que sabe melhor do que ninguém, porque conviveu conosco. Aqui está a federação do Rio de Janeiro com suas colônias, andando por esses corredores, para fazer com que a gente tenha o direito a existir de direito, porque, de fato, nós já existimos há muitos milhares de anos neste Planeta.

Com a força da minha alma, eu quero agradecer a todos vocês. À imprensa que está aqui. Escutei depoimentos de jornalistas ali, dizendo aquilo que o Senador falou. Nós não somos de fazer baderna, nós não somos de quebrar



Congresso, nós não somos de invadir prédio de ministério nem de bater em ninguém. Nós viemos atrás dos nossos direitos. (*Palmas.*)

E, mais uma vez, ao Ministério Público, como eu disse lá para todos os procuradores: nós não viemos aqui pedir socorro, viemos perguntar se nós temos direito. E o Ministério Público tem nos apoiado nesta luta, porque ele sabe que a legalidade existe.

Então, os pescadores do Brasil devem uma atenção especial ao Congresso Nacional, e eu queria um “viva!” de todos os meus companheiros ao Congresso Nacional brasileiro. (*Manifestação da plateia.*) Deus abençoe a todos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senador Acir Gurgacz, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu saúdo, mais uma vez, e cumprimento todos os pescadores, muito bem representados aqui pelo nosso presidente da confederação, Abraão Lincoln, que fez um discurso emocionado e muito verdadeiro com relação a essa profissão, que é uma das mais antigas do Planeta, a dos pescadores.

Faço um apelo, mais uma vez, ao Ministério do Trabalho. Eu o fiz na presença do Ministro Brizola Neto, que é o nosso Ministro do PDT. Peço agora ao Secretário Manoel Messias para que cancele essa audiência pública de amanhã e dê como encerrado este assunto, em favor dos nossos pescadores. (*Manifestação da plateia. Palmas.*) É esse o apelo que faço ao Ministério do Trabalho.

Muito obrigado a todos, cumprimentando o nosso Deputado Márcio Rogério, do Estado de Rondônia, que está aqui presente também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Acir.



Passamos a palavra agora ao Deputado Cleber Verde, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, vou ser breve.

Quero cumprimentar o Senador Inácio Arruda, o Senador Valdir Raupp, o Átila Maia, o Ministério Público, cumprimentar V. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz, o Manoel Messias, cumprimentar, enfim, o Eliseu, o Leonardo e a todos e a todas.

Ouvindo aqui o Abraão, tenho certeza de que ele emocionou a todos nós, com o depoimento e uma fala que vem da sua alma. Logo após ouvirmos aqui a nossa poetisa, eu acho que o Abraão, certamente, enfatizou, com toda a pureza da sua alma, o seu sentimento e a sua fala, que, como eu disse, nos emocionou.

Mas, ouvindo nossa poetisa, eu me lembrei – e esta audiência hoje tem uma grande representatividade – de um poeta português que diz que “o valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem”.

Então, esta reunião, que já dura cerca de três horas – realmente tem pouco tempo, mas é muito intensa – nos faz concluir que, de fato, houve aqui algumas propostas muito coerentes que o Ministro, inclusive, aquiesceu como sendo muito boas.

Eu inclusive mencionei ao ministro, na minha fala, que o Congresso, a Câmara apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2013, para sustar os efeitos da sua portaria. E ele bem disse: “Sustar os efeitos não vai resolver o problema.” É verdade. Mas há aqui uma solução.

Foi apresentada aqui uma solução. E é lógico que o Congresso está na sua legitimidade de apresentar um projeto de decreto para sustar o efeito da portaria do ministro, mas fica, é óbvio, sem uma solução prática.

E o que foi colocado aqui pelo Abraão Lincoln, no sentido de poder fazer a fusão, encontrar uma solução conjunta, criar uma comissão especial



formada pela engenharia de pesca, pela própria representação da confederação de pescadores, pelo Ministério do Trabalho, que vai acompanhar, em alguns Municípios. Porque, no Maranhão, por exemplo, não existe, em um Município, mais de uma colônia; só há uma colônia. Em Alagoas também, como no Ceará. Enfim, na grande maioria dos Estados do Brasil, não há mais de uma colônia nos Municípios. Então, não há problema de unicidade sindical naquele Município. Não há problemas.

Portanto, a solução está clara, está aqui visível diante do que foi colocado pelo Abraão: naquele município pontual em que há problema, busca-se, através desta comissão, os entendimentos para fazer uma eventual fusão ou, quem sabe, num diálogo, encontrar a solução para que a colônia que tem o seu registro mais antigo possa prevalecer. Enfim, é uma questão de diálogo, o que estamos fazendo aqui nesta audiência. E com esse tempo que temos aqui, essas três horas, já certamente encontramos uma solução que o Ministro entendeu prontamente, solução para a discussão dessa portaria que revogou a portaria anterior, que já emitiu centenas de cartas sindicais.

Portanto, eu quero só deixar para reflexão, Manoel Messias. Peço aqui, em nome da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura desta Casa, Manoel Messias... Acredito que o Ministro e V. Ex^a entenderam bem as razões pelas quais – o presidente da confederação citou aqui as dificuldades – é difícil manter mais um dia os nossos queridos presidentes de colônias aqui em Brasília. São dificuldades que viveram com o deslocamento de vinda, inclusive de volta. Eu vi aqui senhoras com crianças nas mãos, que fizeram questão de estar aqui, presidentes de colônia.

Portanto, em nome desses presidentes de colônias, que vieram de longe, em nome desses companheiros que aqui estão... Eu acho que esta audiência, que tomou vida pelo Senado, já resume e já conclui exatamente o que quer as nossas entidades de pescadores. (*Palmas.*)



Portanto, não vejo necessidade de fazermos mais uma audiência amanhã, como disse o Abraão, porque a grande maioria que está inscrita são companheiros e companheiras que aqui já estão, e já encontramos aqui uma solução para esse grande problema.

Portanto, quero também fazer minhas as palavras do Senador Acir, em nome da Frente Parlamentar Mista, que integra quase 320 Deputados, 38 Senadores, que V. Ex^a, em nome dessa frente, em nome dos Senadores, das colônias aqui presentes, possa já atender a esse apelo nosso, para que possamos sair daqui já com essa definição aqui apresentada, de uma solução prática e objetiva.

Para concluir, só para uma questão de avaliação. V. S^a diz que a lei das colônias não menciona critérios de representatividade sindical. É verdade. Mas a Constituição Federal, a nossa Carta Magna, que é a Lei Maior, é clara no art. 8º. Ela equipara as colônias aos sindicatos. (*Palmas.*) Portanto, não há o que questionar. Eu sou advogado, V. S^a talvez seja advogado também. É uma interpretação clara da nossa Constituição, que é a Lei Maior deste País. Então, quando o legislador, nós aqui, aprovamos a Lei da Pesca e não definimos isso, é porque a Constituição Federal é clara. Então, isso serve para reflexão de V. S^a.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao Deputado Cleber pela sua participação.

Concedo a palavra ao Sr. Luis Antonio Camargo de Melo, Subprocurador-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho.

O SR. LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós debatemos bastante aqui esta amanhã e, infelizmente, eu vejo um retrocesso entre as palavras do Ministro do Trabalho e, agora, do Sr. Secretário de Relações do Trabalho. (*Palmas.*)



O Sr. Ministro colocou como único óbice aqui para que nós encaminhássemos o registro das colônias de pescadores a questão da unicidade sindical. Conseguimos tirar uma proposta aqui de fusão, incorporação, etc., enfim, seja lá que nome se dê, para que tenha uma entidade apenas por município; e nós do Ministério Público do Trabalho nos dispomos a acompanhar, fiscalizar e orientar. Mas o Sr. Secretário de Relações do Trabalho agora nos coloca que também o entendimento do Ministério do Trabalho é que as colônias não há previsão legal de seu registro e nem possibilidade de receberem contribuição sindical.

Eu faço eco às palavras do Sr. Deputado que me antecedeu aqui, porque creio que o art. 8º da Constituição Federal é norma clara e suficiente para determinar que as colônias de pesca sejam equiparadas em todos os aspectos aos sindicatos. (*Palmas.*) E, portanto, não vejo esses óbices. Mas, infelizmente, cabe-me registrar essa posição pelo menos ao Sr. Secretário aqui, o que o Sr. Ministro não colocou.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Sr. Luis Antonio Camargo.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Antunes Parmeggiani, Vice-Procurador-Geral do Trabalho.

O SR. EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI – Sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ah, desculpe.

Para encerrar a lista de convidados, concedo a palavra ao Sr. Eliseu Augusto de Brito, Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca, para suas considerações finais.

O SR. ELISEU AUGUSTO DE BRITO – Sr. Presidente, demais autoridades, gostaria de colocar o seguinte: concordo com a última palavra, que



tem a força de retrocesso. Infelizmente, por ser chamado Manoel Messias, a gente esperava que tivéssemos realmente aquele Messias. (*Palmas.*)

Gostaria de dizer que há uma brincadeira, eu que sou pernambucano – com muita honra, virei rio-grandense-do-norte –, que fazemos com os cearenses, que diz que tem cearense em todo lugar. Quando o homem chegou à Lua, o cearense já estava lá

Então, ouvi a história de que, em Santana do Ipanema, não tem pescador. E tem. Não tem a colônia; tem o pescador que vive em Santana do Ipanema e está sofrendo com essa seca. E tem a região que abrange, por exemplo, os pescadores pequenos que são de lá – a colônia não existindo.

Mas eu queria informar a vocês que o Nordeste brasileiro – muita gente pensa que não tem isso, que é só sofrimento; temos sofrimento, sim, mas não é só isso – está abrigando em Paulo Afonso – Santana do Ipanema faz parte dessa região, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe – o 18º Congresso de Engenharia de Pesca. A grande chamada do nosso congresso são a sustentabilidade e a sobrevivência do pescador, porque, infelizmente, não temos como deixar de fora essa categoria que se chama pescador, porque, na dependência de tudo o que vamos fazer na área científica, todos os que trabalham sempre têm de recorrer àquele pescador. Por mais que a área técnica, científica seja importante, há um determinado momento em que aquele pescador é muito mais importante que todos. (*Palmas.*)

Por isso, desde que assumi essa federação, busquei essa parceria com os pescadores e digo: solução tem. Estamos com os encaminhamentos colocados. Precisamos, sim, apenas unir algumas colônias – alguns Municípios têm mais de uma –, para que tenhamos o processo.

Agora, eu não poderia nunca deixar de colocar que tenho 200 colônias que, digamos, têm problema. E as demais ficam paradas? O órgão que mais tem problema neste País – e todo o mundo sabe, não é preciso citar nenhum



–, de norte a sul, de leste a oeste, é o Detran. Já pensou que se, por conta do Rio Grande do Norte – eu falo aqui no Rio Grande do Norte, porque sou do Rio Grande do Norte; ou Pernambuco, a minha terra de nascimento, suspendessem todos os registros de todo mundo? (*Palmas.*)

Eu tenho de dizer que a gente precisa, sim, separar o joio do trigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Senador. Muito obrigado, pescadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Bom, queria agradecer a presença do Deputado Marcos Rogério, Deputado Federal do PDT de Rondônia.

Messias, vou quebrar o protocolo e vou fazer um resumo do que vimos aqui.

Eu poderia lhe conceder a palavra e encerrar, mas vou fazer alguns comentários e lhe passarei a palavra, para que possa manifestar-se diante dos apelos que foram formulados.

Esta é uma audiência pública, a primeira, se a memória não me falha, depois da minha presença nesta Casa, com esse número de pessoas. Mas não são pessoas curiosas, tampouco ninguém que se pegou na rua e a quem se deu uma quentinha para que viesse para cá. É uma audiência pública de pessoas que, na verdade, vivem da atividade pesqueira neste País. (*Palmas.*)

Vieram para Brasília com inúmeras dificuldades, e o Presidente da Confederação, lá atrás, no começo desta semana, dizia-me que os pescadores da Região Norte, com especialidade aqueles que vivem lá nos confins do Estado do Amazonas, iam enfrentar quatro ou cinco dias de rio abaixo para vir a Brasília.

Eu considero, Messias, que esta audiência encerra as ações, tudo de que se poderia duvidar com relação à forma como fora convocada.



Agradeço, sem dúvida nenhuma, aos Deputados e Senadores que subscreveram o requerimento, para que pudéssemos efetivar esta audiência pública.

Nós tivemos uma alegria ímpar com a presença do Ministro Brizola Neto, que, ao chegar aqui, desprovido de qualquer tipo de resquício que pudesse ter ou de luta sindical, encontrou imediatamente a solução do problema. Se houver um entendimento entre a Federação, o Ministério Público, logicamente respaldado pelo Ministério do Trabalho, estará encerrada e revogada a portaria. (*Palmas.*)

Eu comprehendo perfeitamente as posições de cada um nos postos públicos que ocupam. Mas quero lhe fazer um apelo aqui, não apenas como Senador da República e como Presidente desta Comissão, mas também como conterrâneo: encerre esta audiência pública amanhã, porque ela já foi feita hoje. (*Palmas.*) Não faça com que essas pessoas possam retornar à sua origem, aos seus Estados, às suas cidades com a expectativa da dúvida, e o senhor contará com o nosso apoio.

O Ministro já deu, com absoluta transparência, a sua posição. Se nós formos na hipótese de criarmos algumas normas legais, nunca mais na vida haverá colônia de pescador – se esperarmos que algum projeto de lei tramite nesta Casa para definir algumas dificuldades por acaso existentes.

A Constituição já dá a clareza, e a lei que regulamentou o artigo. E a Portaria existia desde 2010 e foi revogada agora, apenas para... Como diz o adágio popular, tem-se de dar um freio de arrumação, e, quanto a esse freio de arrumação, Messias, foi exatamente encontrada aqui a solução.

Os pescadores modestamente, com muita simplicidade, chegaram ao entendimento maior de que não criariam a menor dificuldade para que as coisas possam continuar no seu ritmo normal.

Então, eu queria, minha gente, agradecer aos meus companheiros do Senado Federal a sensibilidade, a compreensão, a participação e a presença



de cada um e as manifestações que fizeram. Eu queria agradecer ao Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e dizer, Lincoln, que a sua emoção é a emoção de todos nós. Você falou com a alma, com o coração para os seus companheiros do dia a dia.

E olhe, Messias, o sertanejo é, realmente, um lutador, um forte, um bravo, porque, para enfrentar as dificuldades que estão enfrentando os sertanejos do Brasil no Semiárido brasileiro, é preciso, como disse Euclides da Cunha, ser um forte. Mas, mais forte do que o sertanejo, é o pescador; e mais corajoso do que ele, é o pescador. (*Palmas.*)

Eu lhe digo e, às vezes, fico a repensar, meu querido Senador Acir. Esses homens botam um barco, muitas vezes movido à vela, com motor muitas vezes sem as revisões necessárias, e invadem o mar, passando oito, dez dias em alto mar, para arrancar o sustento da família e abastecer o mercado dos consumidores do peixe.

Então, esse povo merece, sem dúvida nenhuma, não só o nosso respeito, mas acima de tudo a nossa compreensão. E eu lhe faço este apelo: vamos dar como encerradas as audiências públicas, no que diz respeito a esse assunto da portaria baixada pelo Ministério do Trabalho em dezembro próximo passado, para que o Ministro... (*Palmas.*)

Olha, existe um adágio na vida pública e pessoal. Ninguém é obrigado a assumir compromisso; na proporção que assume, é obrigado a cumprir. E o Ministro Brizola, ao sair desta audiência pública, afirmou e reafirmou, meu caro Manoel, que, pelo entendimento havido, o impasse estava resolvido. (*Palmas.*) Então, eu queria lhe fazer este apelo: atenda ao chamamento do povo.

Nós não podemos ir de encontro à vontade do povo, porque a representação política não é restrita apenas a nós que exercitamos e exercemos o mandato popular, mas a todos os entes públicos e a todos aqueles que exercem atividade pública.



Nós já tivemos a oportunidade de ouvir o Ministério Público do Trabalho, que é obrigado a ser o fiscal da lei.

E eu cochichava aqui com o Manoel e dizia a ele o seguinte: quando a gente – e aqui com especialidade o Assis sabe disso – não tem muito interesse em solucionar um problema, a gente cria um grupo de trabalho, com 10, 15, 20 pessoas. E, depois, cada um tem um problema no dia de fazer as reuniões. Por isso, não faça mais isso. Atenda ao apelo do seu conterrâneo, dos Senadores, e desses que aqui vieram para cumprimentá-lo, para vê-lo, para ver o Ministro. Mas vieram não apenas para olhar apenas para os seus olhos azuis, mas para pedir ao Ministro. E aqui você ouviu o chamamento e o pedido dos Parlamentares da Câmara Federal, do Senado Federal, da representação do pescador, na pessoa do seu Presidente da Confederação, e na presença daquela senhora que veio aqui, pescadora e poetisa – que coisa maravilhosa! –, que deixou aqui O Conto de uma Pescadora. Realmente, é preciso viver esse dia a dia, para ter o amor e transformar esse amor num conto.

Então, como dizia há poucos instantes, eu agradeço, sem dúvida nenhuma, a presença de todos os pescadores e pescadoras. Cumprimento-os pelo comportamento. As pessoas me diziam ontem, Presidente, que eu precisava ter certo cuidado porque o número de pessoas era muito grande para uma audiência pública e porque nós poderíamos ter alguns desencontros. Quem pensou assim mordeu a língua. (*Palmas.*)

Parabéns a vocês, parabéns a todos e todas. É assim que se reivindica. Foi exatamente por esse comportamento, adotado não só por vocês, mas com especialidade pelos seus representantes, que vocês sensibilizaram o Ministro Brizola Neto. É um jovem, mas de uma experiência extraordinária, tanto é verdade que foi ungido a ser Ministro do Trabalho no Governo da Presidenta Dilma.



E eu então lhe faço, para encerrar, este último apelo. Ao lhe dar a palavra, teço as considerações finais e digo ao encerrar.: está encerrada a audiência pública de hoje e de amanhã. E vamos cuidar da regularização dos processos que estão pendentes lá no Ministério. Assim, você vai dar uma demonstração de que na verdade não é apenas um técnico, mas é, acima de tudo, um homem que tem sensibilidade e não pode fugir às tradições do sertão de Alagoas. Muito obrigado aos amigos e a todos.

Com a palavra o Manoel Messias.

Olhe Manoel, todo mundo está em silêncio, exatamente aguardando a sua manifestação para, numa comunhão de entendimento, de pensamento e de ações, juntar-se àqueles que na verdade trabalham, prosperam, geram renda, emprego, qualidade de vida, trazendo do mar um dos melhores, ou o melhor, alimentos que se pode consumir para a saúde de cada um dos consumidores do peixe.

Por isso, Manoel, eu lhe concedo a palavra para que você diga apenas o seguinte – não estou colocando palavras na sua boca: diante do apelo dessa população de pescadores, diante do apelo feito pelos parlamentares que representam os Estados brasileiros nesta Casa, diante do apelo da Câmara dos Deputados que representa o povo e diante de tudo que nós tratamos aqui, a solução foi encontrada, e eu assino embaixo. Pronto!

Com a palavra Manoel Messias.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Deu para entender por que o Senador é Senador, não é?

Eliseu, sou alagoano de Santana do Ipanema e cidadão pernambucano com muito orgulho. Também sou alagoano e pernambucano ao mesmo tempo. Então convivo com a colônia de pescadores do Pina, colônia de



pescadores de Olinda inúmeras vezes. E repito: Santana do Ipanema não tem colônia de pescadores lá, está em outra zona.

O senhor sabe que peixe no sertão que chegava, pelo menos na minha infância, era o bacalhau, aquele esfiapado, na Semana Santa. Depois é que passou a ser congelado. E quem comia era meio que escondido porque era comida de pobre. Lembra-se de como o bacalhau mudou?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agora mudou.

O SR. MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO – Mudou! Eu queria colocar o seguinte: não há um questionamento à legitimidade histórica e à legalidade da colônia dos pescadores, afirmo;

Segundo: nós somos do Ministério do Trabalho deste Governo, Governo Dilma, da Presidente Dilma. O Governo Lula foi o primeiro que, de fato, adotou políticas públicas atendendo a toda movimentação de vocês para reforçar, fortalecer, fazer crescer o setor e garantir direitos aos pescadores e pescadoras. Então, eu faço parte de um governo que tem uma política clara para esse setor;

Terceiro: não encontramos problemas onde na há. O compromisso do Ministro, afirmei, é encontrar as questões normativas e legais que nos dê os instrumentos que nos permita decidir a concessão ou não do registro colocado. O que eu disse é que não se encontrou até agora, tanto assim que a portaria que estava vigendo não previu o registro no cadastro de entidades sindicais, mas está num cadastro especial. Foi o que eu disse. Vocês sabem disso. Existe o cadastro de entidades sindicais e o cadastro especial de colônia de pescadores. Apenas afirmei isso. Por que não se registrou no próprio cadastro de entidades sindicais? Porque não se encontrou guarda na lei...

Se vamos tentar resolver, tentamos resolver todo o problema, para não os termos mais à frente.



Então, quando eu falei isso, falei da questão central da unicidade. E o caminho encontrado, sobre o qual já vínhamos alertando, é o caminho que os senhores podem adotar e que os senhores podem estabelecer, e aí nós podemos normatizar os procedimentos que teremos que seguir no processo.

Em relação à audiência pública, eu tenho que consultar o meu chefe. Meu chefe é o Ministro. Eu não posso aqui decidir. Tentei consultá-lo. Ele está numa audiência com a Presidente. Ele ainda mandou uma mensagem de volta. Eu respondi, e ele não me respondeu. Vou levar de imediato a posição para ele, ainda hoje de manhã, se possível, e daremos a posição sobre se mantemos ou não.

Eu creio que, Senador, sempre que esta Casa, ou o Congresso, deixou o povo entrar e falar, ela legislou de forma mais positiva. Foi assim na Constituição de 88. Esta Casa foi invadida pelos movimentos sociais de todos os interesses, democraticamente, disputando seus interesses. E foi uma constituição tão bela como a Constituição de 88. Então, essa audiência é uma expressão objetiva do que deve ser o Congresso Nacional: um espaço para o povo e seus representantes ouvirem os diferentes interesses.

Agora, eu tenho a obrigação de comunicar ao Ministro e, em decidindo cancelar, vamos ter que encontrar uma forma de nos relacionar, como Ministério, com outros que se inscreveram para a audiência pública. A audiência pública é para todos que não são as colônias de pescadores. Então, no mínimo, vamos ter que estabelecer um mecanismo para ouvi-los. Não posso, como Governo, deixar de ouvir os que se inscreveram para a audiência pública.

É claro que quem representa os pescadores são os senhores. Isso é muito claro. Nós sabemos disso. Nós temos a obrigação de ouvir. Então, vou consultar o Ministro. Se o Ministro autorizar, nós cancelamos a audiência pública, encontrando uma solução de dialogar com o conjunto de entidades que se



inscreveram e que, algumas delas, talvez já estejam aqui em Brasília também. Temos que encontrar uma forma para resolver esse problema.

Em relação ao grupo de trabalho, Senador, fique tranquilo. Quando nós falamos sobre a ideia do grupo de trabalho, era exatamente para não construir uma solução sozinha, normativa. Se, em algum momento, passar a ideia de que é uma manobra protelatória, pode ter certeza de que não faremos. Fazemos, analisamos os resultados. Se os senhores entenderem que não se precisa do grupo de trabalho, constrói-se o processo, consultamos depois, para dar agilidade. Então, essa é a ideia.

A ideia não era criar um grupo de trabalho para não decidir. Na realidade, era encontrar uma forma de fazer em conjunto, discutindo as soluções normativas que foram colocadas para poder superar esse problema. Reafirmo: a vontade do Ministério é retomar o processo de forma sustentada, do ponto de vista formal, que nos deixe tranquilamente acobertados legalmente, para continuarmos a retomar o processo e termos como responder a outro contraditório que surge durante esses processos.

Há impugnações de colônias entre si, há impugnações de outras entidades das colônias. E nós temos, como Ministério, de ter instrumentos para tomar uma decisão. Não pode ser uma interpretação de quem estiver no posto. Quem estiver no posto pode mudar, e temos que ter um processo sólido, formalmente, para daqui a um ano, dois anos, não termos problema de novo. Temos que aproveitar este momento para dar uma solidez a esse processo. Essa é a nossa intenção. Essa é a nossa vontade. Por isso, de forma transparente, colocamos. Por isso também que todas as nossas posições estão colocadas claramente no papel, com as nossas dificuldades. Estamos pedindo que nos ajudem a resolver esses problemas. Ajudem-nos. Nós queremos resolver. Não há um retrocesso.



Eu sou um secretário do Ministério, obedeço às diretrizes e às determinações do Ministro. Nunca faria um procedimento diferente. Agora, preciso consultar o Ministro para saber se vai cancelar a audiência ou não. Eu não posso decidir aqui esse cancelamento, porque ele vai ter que avaliar.

Eu vejo com absoluta sensibilidade o pleito de vocês, mas tenho que consultar o Ministro e, em cancelando, vou ter que comunicar aos demais setores que está cancelado e encontrar uma forma de ouvi-los. Ver se o Ministro os recebe.

Tenho que encontrar uma forma para também não gerar um problema com outros setores que não estão aqui. Tem que ser claro. Estou falando de forma transparente.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MANOEL MESSIAS – Não. Estou sendo transparente. Eu não posso decidir isso sozinho. E, em decidindo, eu tenho que comunicar a todos que se inscreveram que a audiência foi cancelada e tenho que explicar. É uma questão de respeito. às outras pessoas também. Essa é a questão que está colocada.

Abraão, eu sou de um governo, sou apenas representante do Ministério do Trabalho, aqui, neste momento, operando uma posição e de acordo com o que o Ministro decidir. Eu não falo pelo Governo, eu não falo pelos Ministérios, não tenho essa autoridade e nem quero tê-la. Então, eu digo o seguinte: o compromisso do Ministro é encontrar a solução. Encontrou a solução? Então, vão construir uma forma normativa de retomar o processo. E é isso que eles vão fazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem, Manoel.

Muito obrigado.



Eu queria só dizer o seguinte: eu gostaria de chamar o presidente da Confederação e outros representantes da categoria, e o meu gabinete.

Senador Acir, a V. Ex^a, que é Líder do PDT nesta Casa e membro desta Comissão, informo que o meu gabinete vai ficar em contato com o Ministro Brizola Neto e, à proporção que ele deixar o compromisso com a Presidenta Dilma, iremos ao Ministério para que o Ministro possa comunicar ao senhor ou determinar a suspensão desta audiência pública e encontrar os caminhos para que a gente possa resolver esse impasse. (*Palmas.*)

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Senador, Presidente, uma questão de ordem.

Esta Casa é a que representa a República. O Ministério Público é o guardião da lei. Eu pedi aqui encarecidamente – está sendo gravado, filmado, televisionado – e mostrei que 98% da pesca, no Brasil, está aqui dentro. (*Palmas.*) Já consultei o Ministério da Pesca, o Ministério Público, o Ministério da Previdência, os Senadores aqui. Eu não tenho como manter o meu povo nem vou pedir esmola a ninguém. A audiência pública que o sistema confederativo reconhece é esta de hoje, e vocês estão dispensados para irem para os nossos Estados, para nossas praias, para nossos ribeirões, para nossos igarapés. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu quero, encerrada definitivamente esta audiência pública, agradecer a todos os palestrantes; agradecer ao Ministro Brizola Neto, que, num gesto muito participativo, esteve na audiência. Ao mesmo tempo, agradeço às senhoras e aos senhores pescadores, e que Deus os ilumine para que possam retornar aos seus Estados e Municípios em paz.

Um grande abraço.

Está encerrada a audiência.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES
CRA (3^a Reunião Extraordinária)

SF - 82

14/03/2013

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)